



ateliê 1919

natália di renzo

A todos da minha família, que podem enfim parar de perguntar quando me formo (eu disse que esse dia havia de chegar!);

À minha orientadora número 01, por ter aturado minhas crises antes da decisão de mudar de tema, e à orientadora número 02, por aturar as que vieram depois;

Ao Estúdio Jacarandá, por me adotar e me ensinar do zero, e por me manter sempre rodeada de gente competente e querida;

Às piquinhas lindas Lucy, Mary, Deda e Biabia, que estiveram comigo nesse barco desde o início, se amando, se apoiando e crescendo juntas a cada dia;

Ao ano de 2017 (que ano!).

agradecimentos

INTRODUÇÃO 07

considerações iniciais
o por quê deste trabalho

A INVESTIGAÇÃO 11

o que é um coworking?
o que é uma loja colaborativa?
a pesquisa

A AVENIDA 19

da inauguração aos anos 1930
dos anos 1940 aos 1960
dos anos 1970 aos 1990
nos dias de hoje

O CASARÃO 27

projeto original
alterações posteriores
o tombamento pelo CONDEPHAAT
estado atual do casarão
o concurso para o Museu da Diversidade

O PROJETO 35

o partido
primeiro pavimento
segundo pavimento
terceiro pavimento
quarto pavimento
o anexo
o mobiliário

CONSIDERAÇÕES FINAIS 75

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 79



introdução

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho nasceu de um semestre de profunda angústia. Peço desculpas por abrir o texto com uma declaração assim negativa, mas isso deve ser dito, a bem da verdade, se a intenção é compartilhar a trajetória do trabalho até o presente momento.

Quando comecei o TFG I, no início do ano, parti de uma vontade um tanto quanto vaga de explorar o tema do comércio. Após mais de dois anos trabalhando no Estúdio Jacarandá, lidando com a parte prática da arquitetura de varejo, eu desejava explorar esse tema por um viés teórico. Isso era tudo que eu tinha em mente, no entanto, e ao longo do semestre foi ficando cada vez mais evidente que eu não sabia que trabalho tinha vontade de fazer. Eu tinha algumas ideias, que acabava descartando por pensar que não resultariam em um trabalho interessante, ou que não havia embasamento para a escolha por esses temas. A minha vontade desde o princípio era desenvolver um projeto de edificação, ou intervir em uma edificação pré-existente, mas sentia necessidade de justificar o projeto proposto, então passei o semestre inteiro afundada em embasamento teórico, esperando que a ideia do projeto surgisse a partir disso. Minha orientadora nesse primeiro semestre foi a professora Heliana Vargas, especialista em comércio e economia das cidades, e sua ajuda foi essencial para que pudesse produzir alguma coisa ao fim do semestre. Durante os atendimentos a professora me apresentou uma série de conceitos e eu, sem saber que caminho seguir, fui me enredando ainda que incerta nesses temas ligados à economia criativa.

O resultado, no final do TFG I, foi uma proposta de trabalho bastante interessante de concepção de um distrito de economia criativa na cidade de São Paulo. O projeto, no entanto, envolveria uma escala de planejamento urbano, estabelecimento de diretrizes regionais, o tipo de trabalho que certamente não era o que eu desejava. No meu tempo estagiando com arquitetura de varejo eu pude descobrir, muito para minha própria surpresa, que trabalhos de pequena escala, como desenho de marcenaria, detalhamento, especificação de materiais, são aqueles pelos quais sinto mais afinidade. Não que eu me importe em trabalhar com outras escalas, mas a ideia de projetar em uma escala regional, ainda mais em um dos únicos trabalhos individuais de toda minha carreira acadêmica, foi bastante intimidadora.

Assim, em agosto, no início do TFG II, eu decidi que não iria prosseguir com o trabalho que havia sido conduzido até então. A decisão foi muito difícil, certamente, mas depois de tomá-la pude sentir meses de peso saindo dos meus ombros, ainda que estivesse de volta à estaca zero. A partir daí, a ideia para este trabalho surgiu em menos de uma semana, simplesmente porque eu parei de descartar as ideias que tinha e decidi desenvolver não o trabalho que esperavam de mim, ou o trabalho com tema mais relevante do momento, ou o trabalho que ia resolver os problemas da cidade de São Paulo, mas sim o trabalho que eu tinha vontade de fazer. No final, apesar da dificuldade de desenvolver um TFG de um ano em apenas quatro meses, ele foi feito com a alegria de poder explorar dois temas queridos.

O POR QUÊ DESTE TRABALHO

Este trabalho está apoiado sobre duas bases principais: o trabalho artesanal e a Avenida Paulista.

A Avenida Paulista é um dos meus lugares favoritos em São Paulo. Isso é em parte pelo que ela representa na cidade: um espaço de misturas, frequentado por todo tipo de gente e oferecendo múltiplas possibilidades de trabalho, de cultura, de consumo ou de lazer. Mas mais do que isso, do Pátio Paulista aos bares já na Consolação, cada pedaço da avenida já foi palco de passagens da minha vida, sendo impossível não sentir por ela um apreço especial. Para mim, a Paulista é sinônimo de liberdade, de obrigações e farras, de paixões e desgostos, e não há tristeza que uma caminhada em um final de tarde por suas calçadas lotadas não seja capaz de acalantar.

A questão do trabalho artesanal é um tema que me interessa já há algum tempo. Mesmo sem ter algum tipo de relação pessoal com o artesanato, o apoio a essa atividade como fonte de renda é uma causa que muito me cativa. Na minha vida acadêmica eu explorei esse tema em 2016, no trabalho final para a disciplina AUP1301 - Tópicos de Design Para Ambientes Digitais, ministrada pela professora Daniela Hanns. Para esse trabalho os alunos tinham a tarefa de fazer o design de um aplicativo, e a minha proposta foi desenvolver um produto com a finalidade de facilitar a contratação de serviços independentes e a compra e venda de produtos feitos a mão.

O objetivo deste TFG é basicamente o mesmo: encontrar formas de apoiar o trabalho autoral de artesãos, promovendo sua independência financeira, fortalecendo as economias locais e promovendo formas de consumo mais sustentáveis e conscientes. O que muda de um trabalho para o outro é a abordagem do problema: enquanto o aplicativo era focado na parte de comercialização dos produtos, este TFG abrangeu também o próprio processo de produção e como torná-lo melhor. Com isso em mente, foram propostos um coworking voltado especificamente para a produção artesanal e uma loja colaborativa, programas que serão explicados na seção a seguir.

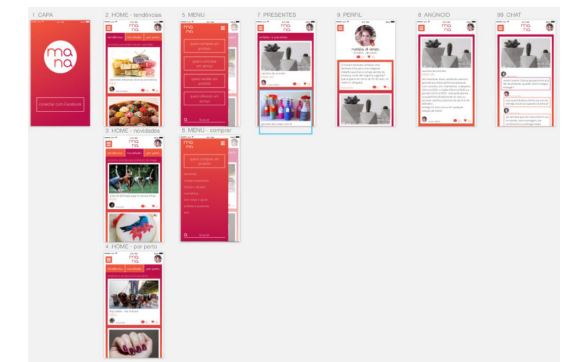


Imagem das telas criadas para apresentação do aplicativo Mana, criado para a disciplina optativa AUP1301 em 2016



a investigação

O QUE É UM COWORKING?

Coworking é um modelo de trabalho baseado no compartilhamento de um local de trabalho por diversos profissionais. A ideia de compartilhamento de ambientes de trabalho não é exatamente nova, considerando que o aluguel de salas ou consultórios privativos com compartilhamento de áreas comuns como banheiros e copa já é um modelo adotado por profissionais há décadas. A concepção de coworking que temos hoje em dia, envolvendo não salas privativas mas grandes espaços compartilhados, nasceu nos anos 2000, com o aumento na quantidade de profissionais autônomos, de trabalhos de *freelance* e do modelo de *home-office*. Esse padrão de trabalho ganhou popularidade por ser uma alternativa ao isolamento do modelo de *home-office*, muito buscada por profissionais para aumentar a produtividade, estabelecer novos contatos profissionais e obter acesso a uma infraestrutura

de escritório sólida, como mobiliário adequado, salas para receber clientes, rede de internet e impressoras.

A ideia de criar um coworking voltado para a produção artesanal partiu de depoimentos de artesãos sobre a dificuldade de estabelecer um local específico para a produção de suas mercadorias. Muitas vezes o trabalho artesanal é uma atividade paralela, hobby ou fonte de renda extra. Em muitos casos também o investimento no artesanato parte de uma dificuldade profissional, que obriga famílias inteiras a se dedicarem a esse trabalho como fonte única de renda. Dessa forma, é comum que esses profissionais não possuam um espaço especializado para a produção das peças, realizando-a no ambiente doméstico e entrando em conflito com as outras atividades realizadas na casa. Ademais, alguns tipos de produção demandam maquinário ou ferramental especializado, um investimento que dificilmente pode ser feito em um momento inicial.



Exemplo do modelo atual de coworking, com diversos profissionais compartilhando o espaço. Esse é o Nex Coworking, de Curitiba

O QUE É UMA LOJA COLABORATIVA?

Lojas colaborativas são estabelecimentos de comércio que alugam espaço expositivo para pequenos artesãos, reunindo assim produtos de diversos segmentos e produtores. O objetivo é que pequenos negócios sejam capazes de expor e comercializar suas peças, formando público consumidor e consolidando suas marcas, ao mesmo tempo que dividem o alto custo de manter um ponto comercial.

Apesar de a internet funcionar atualmente como uma tremenda facilitadora para que artesãos divulguem e comercializem seu trabalho, a exposição em lojas físicas continua sendo essencial para determinados segmentos. Roupas, cosméticos e comidas, por exemplo, dificilmente serão compradas sem que o consumidor possa antes experimentá-las, e produtos como acessórios, jóias e itens de decoração são em boa parte compras feitas por impulso, o que não acontece pela internet. Além disso, a exposição de produtos em uma loja colaborativa, junto a produtos de outros segmentos e de marcas mais antigas e consolidadas é uma forma de aumentar exponencialmente sua visibilidade. Ademais, a existência de vendedores na loja torna desnecessária a presença do produtor no momento da comercialização, liberando seu tempo para outras atividades, como a própria fabricação dos produtos.

Quanto aos produtos que normalmente são comercializados em lojas colaborativas, são dos tipos mais variados. São encontrados desde

roupas e acessórios, como bolsas, calçados, joias e lingerie, até cosméticos naturais, como sabonetes, cremes, velas, incensos e essências aromáticas, passando por itens de decoração, cerâmicas, artigos de papelaria, todos os tipos de alimentos, entre muitos outros.



Exemplos de produtos encontrados em bazares e lojas colaborativas. Estes são da rede manual, organizadora do Mercado Manual. De cima para baixo: peças em cerâmica da artista Carolina Delleva, cosméticos naturais da Be.or, cadernos artesanais da Kikaps Papers

A PESQUISA

Tendo esses conceitos em mente, e partindo da vontade de criar meios de promover a profissionalização e o crescimento desse tipo de atividade, partiu-se para uma etapa investigativa, para descobrir diretamente com produtores artesanais quais as demandas que o projeto de um ambiente de trabalho artesanal deveria atender. Essa etapa consistiu em uma pesquisa online, divulgada em grupos frequentados por artesãos, e na visita de feirinhas para conversa direta com os vendedores.

O formulário online foi feito considerando a baixa taxa de adesão que esse tipo de pesquisa costuma ter, então foram escritas perguntas diretas, para que todas pudessem ser respondidas em menos

de cinco minutos. A primeira parte levantava informações a respeito do trabalho realizado pela pessoa: que tipo de trabalho, onde é feita a produção, como é realizado o armazenamento das peças e dos materiais envolvidos, e como é realizada a venda dos produtos, questionando se essas condições eram consideradas adequadas e por que. A segunda parte trazia uma lista com uma série de elementos que poderiam ser incluídos no programa do projeto, e pedia que a pessoa indicasse os itens que considerava de maior importância. A terceira parte pedia que a pessoa apontasse, caso houvesse, qualquer observação adicional que julgasse interessante.

Como esperado, a pesquisa teve adesão bastante baixa apesar da divulgação em diversos grupos, obtendo menos de vinte respostas. Ainda assim,

as respostas foram muito interessantes para obter um panorama do problema que meu projeto estava proposto a solucionar. As pessoas que responderam trabalhavam com uma gama variada de produtos, desde alimentos até itens de papelaria. Todas trabalhavam em casa, às vezes em um ambiente destinado exclusivamente a essa atividade, às vezes não, e armazenavam os materiais em estantes, armários e embalagens plásticas. Apenas uma pessoa considerou que o ambiente estava adequado às atividades realizadas, todas as outras consideraram que faltava espaço, organização ou iluminação adequada. Quanto ao armazenamento dos produtos e materiais, novamente quase todas responderam que é insuficiente, adicionando que os materiais acabam se desorganizando ou misturando a objetos pessoais, às vezes resultando na compra de materiais repetidos. Em relação a equipamentos especiais, cerca de metade das pessoas que responderam considera que tem todas as ferramentas de que precisa, sendo que a outra metade manifestou interesse por equipamentos como impressoras a laser, guilhotina, máquinas para corte de tecido, entre outros. Quanto às vendas, em torno de 55% são realizadas através de divulgação na internet mas negociação direta com o cliente, 30% fisicamente (em lojas ou feirinhas), e 15% totalmente através da internet (através de plataformas de venda como o Enjoei ou de site próprio). Praticamente todas julgam que seria bom contar com um espaço físico para exposição e venda dos produtos, pois trabalham com produtos de compra por impulso ou que demandam experimentação. As pessoas que responderam que não têm interesse em lojas físicas explicaram que trabalham com produtos sob

medida ou por encomenda, que não funcionariam em um modelo de venda presencial.

A segunda parte da pesquisa foi a que trouxe mais surpresas. Os itens mais considerados importantes, por cerca de 85% das pessoas que responderam, foram o estabelecimento de espaços para a realização de cursos e workshops e de um estúdio fotográfico para divulgação das mercadorias. Outro item que foi votado pela maior parte das pessoas que responderam foi “espaços para interação e troca de experiências entre produtores”, um resultado que foi muito interessante por evidenciar o caráter colaborativo que a atividade possui e que é muito bonito. O item menos votado foi “salas para realização de reuniões”, considerado importante para apenas duas pessoas.

A terceira parte da pesquisa foi respondida por poucas pessoas, mas que trouxeram observações importantes, como a possibilidade de contar com uma curadoria profissional ou a presença de agentes de entidades como o SEBRAE, que fomentem e impulsionem pequenos negócios. Uma artesã chegou a entrar em contato por e-mail dizendo que havia adorado a ideia e contando que

PERGUNTAS

RESPOSTAS

Seção 1 de 5

TFG da Natália - Espaço de trabalho artesanal

Olá! Meu nome é Natália, tenho 23 anos e estou no sétimo e último ano do curso de Arquitetura e Urbanismo na USP.

Para meu Trabalho Final de Graduação eu pretendo fazer um projeto destinado a pessoas que trabalham com produção artesanal. Trata-se da reforma de um casarão antigo na Avenida Paulista, com inclusão de espaços que os produtores podem alugar para produzir, expor e vender sua mercadoria (como uma espécie de coworking), além de programas complementares, como café e espaços de convivência.

Para isso, gostaria de saber de vocês, artesãos: como vocês fazem suas vendas, onde produzem sua mercadoria, como armazenam seus materiais, que tipo de instrumento ou ferramenta utilizam, esse tipo de coisa. As respostas de vocês vão me ajudar a descobrir quais são as necessidades das pessoas que trabalham com produção artesanal e, assim, determinar o programa do projeto.

Caso queira saber um pouco mais sobre o trabalho que pretendo desenvolver você pode falar comigo pelo natalia.di.renzo@gmail.com.

Agradeço desde já pela colaboração de cada um!

Imagem da pesquisa online divulgada em grupos voltados à comercialização de produtos artesanais



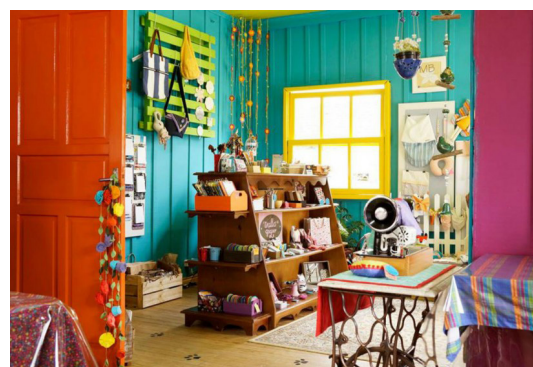
Imagem da visita à feira Mercado Manual, que nesse dia aconteceu em frente à Pinacoteca do Estado de São Paulo

chegou a investir em um equipamento caro porém de uso eventual, que fica parado na maior parte do tempo, e que considerava perfeita a ideia de que pequenos artesãos pudessem compartilhar esses equipamentos.

O resultado das pesquisas foi bastante revelador, no entanto a quantidade de respostas ainda não havia sido satisfatória, portanto foi realizada uma visita à feira Mercado Manual, uma das mais conhecidas da cidade, com o objetivo de conversar diretamente com os produtores. A visita foi interessante também pois, como as taxas de inscrição costumam ser bastante caras, essas feiras mais famosas são frequentadas por artesãos mais consolidados, que já produzem há algum tempo, o que possibilitou conhecer pontos de vista diferentes. De fato, todas as pessoas com quem conversamos possuíam um espaço especializado para a produção de suas peças, mas alguns desses espaços ficavam em ambientes domésticos, em um quarto da casa ou na garagem. Quase todos os produtores relataram que seus ateliês estavam começando a ficar pequenos demais para o tamanho da produção, e que tinham o projeto de migrar para ateliê próprio em um futuro próximo. No que diz respeito a equipamentos específicos, praticamente todos tinham aquilo de que precisavam, o que é natural considerando que todos estão no ramo há algum tempo e levam o artesanato como atividade integral. Alguns também terceirizam determinadas etapas da produção como forma de contornar a falta de equipamento especializado. Todos aqueles com quem conversei, no entanto, consideraram pertinente a ideia de um coworking especializado nesse tipo de atividade, especialmente como apoio para artesãos que estão

começando e ainda não têm condições de arcar com os custos de montar um ateliê próprio.

Em suma, essa etapa investigativa foi crucial para confirmar a existência de uma demanda pelo tipo de equipamento proposto por este trabalho, e também para orientar a composição do programa. A pesquisa resultou inclusive na descoberta de alguns locais que já operam com um modelo semelhante. Dois dos exemplos mais relevantes são o Bendita Colab, em Curitiba, e o Estúdio do Morro, em São Paulo.



Exemplos de espaços existentes que funcionam como coworking para trabalhos artesanais e artísticos. Acima, o Bendita Colab, de Curitiba. Abaixo, o Estúdio do Morro, que fica no Morro do Querosene, no Butantã.

Na página ao lado, o lindo trabalho em cerâmica da Casa Dobra





Foto: Rafael Neddermeyer

a avenida

A dinâmica da produção do espaço na Avenida Paulista, de construção e destruição do patrimônio edificado, está diretamente ligada à própria história do desenvolvimento econômico brasileiro. De fato, a paisagem da avenida passou por radicais transformações desde sua inauguração, refletindo as mudanças atravessadas pela sociedade. De formoso espaço das elites cafeieiras a importante espaço de atração, apropriação e constituição de cidadania, a Avenida percorreu um longo caminho, que será brevemente descrito neste capítulo.

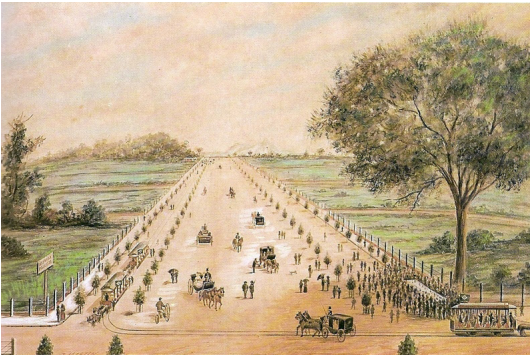
DA INAUGURAÇÃO AOS ANOS 1930

Idealizada por um grupo de empresários liderados pelo engenheiro Joaquim Eugênio de Lima nos moldes das grandes avenidas européias, a Avenida Paulista foi inaugurada em 8 de dezembro de 1891. Com 2800 metros de extensão na parte mais alta da cidade, a cerca de quatro quilômetros do centro histórico, o projeto da avenida surge como resposta urbana à agitação econômica da cidade entre o final do século XIX e o início do século XX, e à consequente demanda de uma crescente classe de ricos fazendeiros por terras urbanas bem localizadas. O local escolhido foi o Alto do Caaguaçu, espigão divisor das águas do Pinheiros e do Tietê, em um eixo de expansão urbana orientado pelo caminho que levava ao povoado de Santo Amaro, que hoje corresponde à Avenida Brigadeiro Luiz Antônio.

O projeto, que incluía planejamento, movimentação de terras, arruamento e arborização, destinava-se a abrigar residências para uma população de altíssimo poder

aquisitivo, composta em um primeiro momento principalmente por barões do café devido à facilidade de acesso ao centro, onde ficavam as firmas exportadoras do produto. Após a crise de 1929, no entanto, muitos fazendeiros tiveram de vender seus casarões, atraindo para o local moradores com riquezas provenientes de outras fontes, principalmente estrangeiros atuantes na indústria e no comércio.

Apesar de ser resultado de uma iniciativa do setor privado, a Paulista foi desde o início alvo de investimentos privilegiados por parte do setor



Inauguração da Avenida Paulista em 1891, aquarela de Jules Martinm. O plano original da avenida previa 30 metros de largura, divididos em uma parte para bondes, uma para carruagens e outra para cavaleiros, com piso carroçável coberto por pedregulhos brancos.

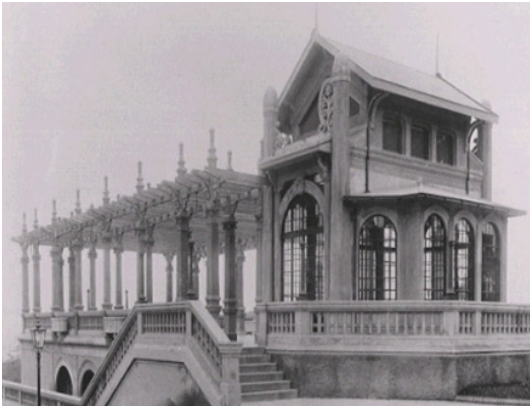


Cartão postal de Guilherme Gaensly de 1902, mostrando a Avenida Paulista vista da residência de Adam Von Bülow.

público, sendo nela instalada uma infraestrutura superior ao que se via no resto da cidade, com linhas de bonde, luz elétrica e asfaltamento. Dessa forma, a avenida consolida-se já nessa época como atração turística e principal cartão-postal de São Paulo, recebendo excursões que subiam a Consolação para visitá-la e sendo por vezes comparada por visitantes a grandes avenidas estrangeiras.

Além disso, são dignas de nota nesse período inicial as obras que, a partir do projeto do paisagista inglês Barry Parker, originaram o parque Trianon, que assumiu o papel de importante centro da vida social na cidade. O belvedere e seu edifício anexo, projeto de Ramos de Azevedo inaugurado em 1916, passou a ser cenário de festas, banquetes, bailes de carnaval, corridas de carro e festas de fim de ano, eventos que reuniam a elite e colocavam a Avenida Paulista como espaço cultural elegante e restrito na cidade.

Arquitetonicamente, a avenida era marcada pelos imensos casarões de estilo eclético, muitas vezes com influências trazidas por seus moradores estrangeiros, de autoria dos arquitetos de maior prestígio da época, como Ramos de Azevedo, Max Hehl e Victor Dubugras.



Vista do acesso para o Belvedere e para os salões do Trianon. Fotógrafo desconhecido.



Corrida de automóveis em frente ao Parque Trianon, em 1924. Fotógrafo desconhecido.



Residência Horácio Sabino, projetada por Victor Dubugras e construída em 1903. Foi demolida na década de 1960 para construção do Conjunto Nacional. Fotógrafo desconhecido.

Vista do Belvedere e do edifício dos salões no terreno onde posteriormente seria construído o MASP. Abaixo, o vale que hoje abriga a Avenida Nove de Julho, imagem do acervo d'O Estado de São Paulo.

DOS ANOS 1940 AOS 1960

Com o passar dos anos, começaram a ser ocupados novos bairros ao lado dos jardins, transformando a Avenida Paulista em um importante eixo de tráfego. Com o aumento da sua importância no contexto da cidade, a paisagem da via começa a perder seu aspecto original a partir de 1937, quando é promulgada uma lei modificando o zoneamento e permitindo a construção de edifícios de apartamentos na avenida. Muitas das antigas mansões entram em decadência e ficam abandonadas, e diversas são substituídas por esses prédios residenciais, processo de verticalização que proporcionou uma diversificação ainda maior da origem social dos moradores da avenida. O velho belvedere do parque Trianon também entra em degradação e é demolido em 1950, marcando essa transição pela qual passa a avenida.

Em 1954 uma lei municipal passa a autorizar outros usos na avenida além do estritamente residencial, permitindo a abertura de escolas, bibliotecas, museus, casas de chá, hotéis, consultórios,



Vista da Avenida no ano de 1952, mostrando a ocupação da região ao redor da Paulista e o surgimento de uma verticalização incipiente. Imagem do acervo do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo.

hospitais, entre outros estabelecimentos. Graças a isso, na segunda metade da década de 1950 a Paulista começa a ser ocupada também por edifícios para fins comerciais, tendência alavancada em grande parte pela inauguração do Conjunto Nacional, em 1956, considerado o primeiro shopping center do país, e do Edifício 5a Avenida, em 1959, o primeiro edifício para uso exclusivo de comércio e serviços. A implantação desses empreendimentos comerciais está inserida num contexto de expressiva valorização dos terrenos, que teve como consequência a transferência de muitos moradores para outras áreas nobres da cidade, como o Morumbi.

Outra inauguração que marcou o período foi a transferência do Museu de Arte de São Paulo do centro para a Avenida Paulista, em 1968, no terreno onde havia funcionado o belvedere Trianon. A instalação do museu na região não só confirma a tendência de ampliação da oferta de atividades culturais na região, como seu vão livre torna-se um importante espaço público, palco de manifestações e eventos.



Registro do MASP no ano de 1970, ainda sem suas características colunas vermelhas. Fotografia desconhecida.

DOS ANOS 1970 AOS 1990

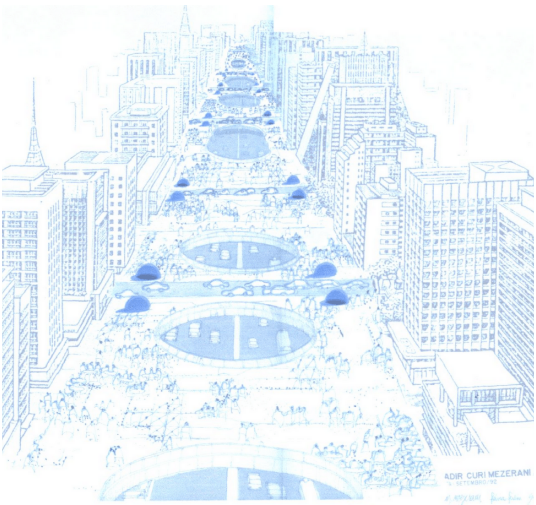
A década de 1970 é quando a Avenida Paulista de fato se consolida como uma nova centralidade no município de São Paulo. Isso foi motivado em parte pela Lei de Zoneamento de 1972, que aumentou o índice de aproveitamento na região da avenida, contribuindo para uma valorização ainda maior dos terrenos no local. Esse fato, aliado à boa infraestrutura já existente e também à conjuntura econômica do chamado milagre brasileiro, deu início a uma fase de expressivos investimentos por parte de empresas. O resultado foi uma explosão de edifícios de escritórios na Paulista, primeiramente de profissionais liberais, depois empresas e agências de banco, e posteriormente grandes escritórios de bancos estrangeiros e multinacionais.

Também inseridos no contexto do milagre econômico brasileiro estiveram os investimentos públicos, em especial no projeto Nova Paulista, da passagem dos anos 1960 para os 1970. O projeto previa a construção de pistas subterrâneas, com características de via expressa, cobertas ou semicobertas pelas pistas locais, devolvendo assim à avenida seu antigo caráter de bulevar. A construção do túnel, que chegou a ter seu trecho inicial inaugurado em 1971, foi interrompida em 1973 após forte oposição por parte do governo militar. O que restou foram 22 galerias subterrâneas abandonadas, degradadas e sem perspectiva de uso.

Os órgãos de preservação não foram capazes de impedir que os antigos casarões que ainda



Escombros da antiga mansão dos Matarazzo na Avenida Paulista. A mansão, que iria abrigar o Museu do Trabalhador em homenagem ao pioneiro industrial de São Paulo, foi dinamitada em 1996, e o pedido de tombamento foi cancelado após mais de 20 anos em andamento. Atualmente no terreno se encontra o Shopping Cidade São Paulo. Imagem do acervo d'O Estado de São Paulo



Um dos projetos para a Nova Paulista, mostrando a transferência da avenida para o túnel e a abertura total do nível térreo para pedestres. Imagem do acervo da PMSP.

restavam na avenida fossem continuamente desaparecendo. As demolições passaram por um momento de intensificação a partir de 1982, quando foi divulgada a intenção do Condephaat de tombar parte dos imóveis, o que estimulou a destruição dos casarões com a finalidade de venderem-se os valiosos terrenos.

No início da década de 1990 a avenida é eleita pelo voto popular como local símbolo de São Paulo no concurso “Eleja São Paulo”, promovido pelo Banco Itaú. Apesar de amplamente criticado como estratégia ideológica, o resultado do concurso não deixa de evidenciar o caráter altamente simbólico da avenida na cidade, construído ao longo de sua história. Durante a década de 1990 é notado que a presença de áreas desocupadas em outras regiões de São Paulo estaria causando a transferência de empreendimentos empresariais e bancários para outras regiões, como por exemplo a Avenida Luís Carlos Berrini. A Paulista mantém sua influência, no entanto, devido às suas notáveis condições de infraestrutura, localização e transportes, superiores a outras regiões da cidade desde a época de sua inauguração.

NOS DIAS DE HOJE

Atualmente a Paulista representa não só um importante pólo econômico na cidade de São Paulo, mas é também centralidade cultural e de representação, local do exercício da cidadania, da vida social e da fruição da cidade. Atua como palco de manifestações e eventos políticos, de feiras de artesanato e artes, das festas de Réveillon, da maior Parada do Orgulho LGBT do mundo e da tradicional Corrida Internacional de São Silvestre, entre outros eventos de todo tipo. As transformações da Avenida Paulista ainda não terminaram e ela continua recebendo importantes obras de infraestrutura e transformações, como por exemplo a implantação das ciclovias no canteiro central e a abertura para pedestres aos domingos e feriados nacionais.



Registro de uma das edições da Parada LGBT. Foto de Paulo Liebert. Na página ao lado, foto de Kevin David.



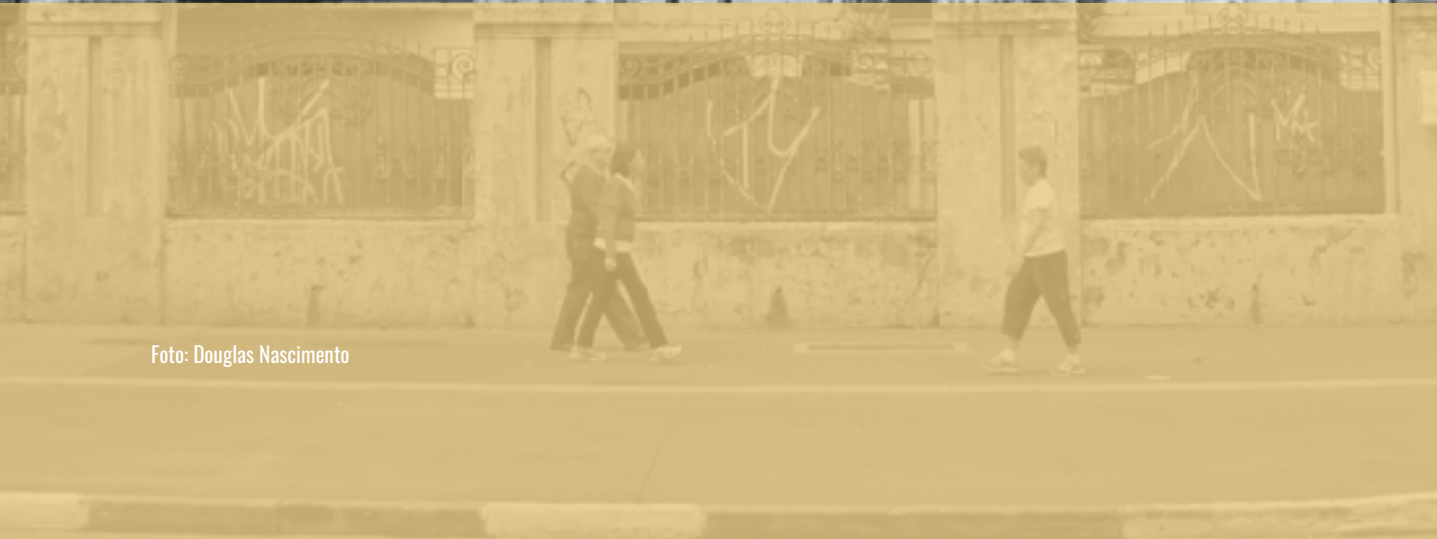


Foto: Douglas Nascimento

o casarão

A casa 1919 da Avenida Paulista foi construída no ano de 1905 pelo construtor Antonio Fernandes Pinto, a pedido do Coronel Joaquim Franco de Mello. O terreno atual era parte de um lote ainda maior originalmente, que chegava à alameda Santos no seu limite posterior e abrangia também a área do Parque Mário Covas. Ali ficava antigamente a Vila Fortunata, construída no mesmo estilo do casarão Franco de Mello em 1903.

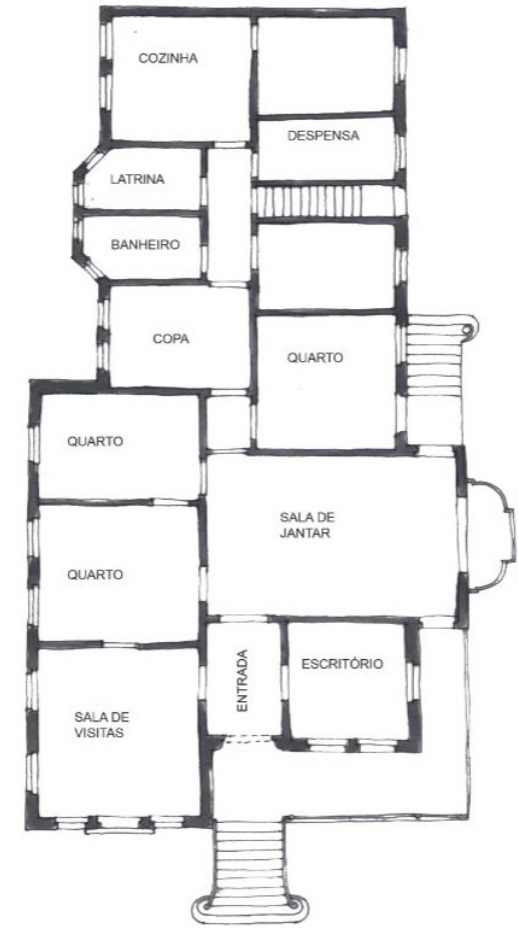
Arquitetonicamente, o valor do casarão está no fato de ser o único remanescente da primeira fase residencial da Avenida Paulista. Construído em estilo eclético, conta com influências de diversas épocas e países: as torres são em estilo mourisco, os capitéis e frontões em estilo provençal, o telhado, com mansarda, possui detalhes renascentistas, e há toques de rococó por toda a fachada. O porão elevado é também uma característica marcante, uma vez que não é comumente encontrado em casas brasileiras.

PROJETO ORIGINAL

A construção original de 1905 possuía apenas um corredor, com a circulação acontecendo também através de portas entre cômodos, reminiscência de uma tradição construtiva presente em São Paulo desde o período colonial. A planta podia ser dividida em três áreas distintas: a frontal, com os cômodos de uso social como a sala de visitas e o escritório, a intermediária, com cômodos de uso familiar como sala de jantar e dormitórios, e a posterior, com ambientes de serviço e higiene, como cozinha, despensa, latrina e banheiro. À época da construção da residência a presença desses dois últimos ambientes no interior da casa



Fachada principal do Casarão Franco de Mello, em registro de 1910. Destaque para o muro original, anterior ao alargamento da avenida realizado na década de 1970. Foto do acervo do DPH.



Planta original da residência, em desenho de Júlia Moreira (2015)

evidencia a importação de aparelhos sanitários, o que portanto limitava a prática às camadas mais abastadas da população. De fato, o casarão foi uma das primeiras construções da região a receber banheiros com encanamento de água corrente.

Ainda na planta original havia uma escada próxima à despensa para acesso ao porão, provavelmente mais utilizada pelos criados. Além da entrada principal para a casa, certamente mais utilizada pela família, havia também uma entrada lateral, que dava acesso direto à sala de jantar.

No início do século era comum que o porão fosse utilizado para a acomodação da criadagem, hábito que foi aos poucos sendo substituído pela utilização de edículas nos fundos do lote. Esse não foi o caso do casarão Franco de Mello, no entanto, cuja edícula foi construída em 1913 para abrigar uma garagem de carros e quarto para o *chaffeur*. O porão era de fato utilizado como dependência da criadagem, apesar de seu pé-direito, de meros dois metros de altura, estar em desacordo com as normas vigentes na época. A ausência de declaração do uso habitacional do porão nos projetos evidencia sua irregularidade.



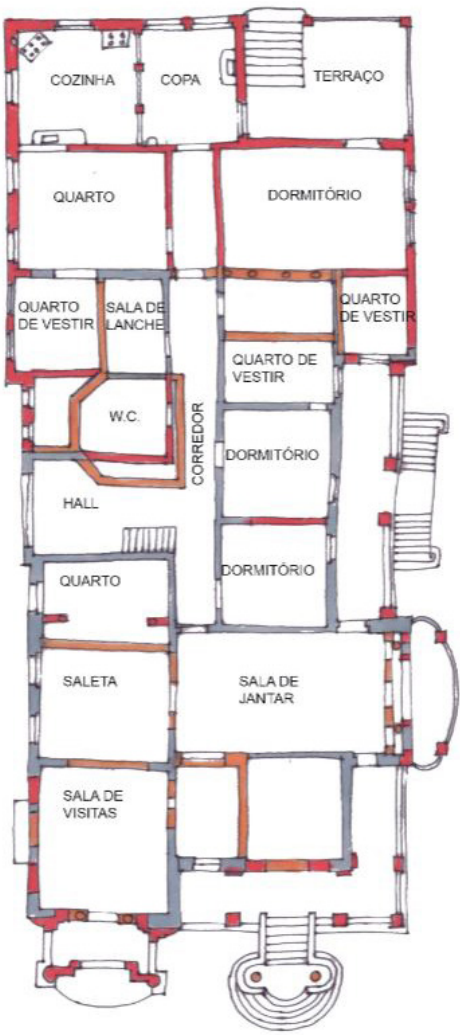
ALTERAÇÕES POSTERIORES

A reforma da casa, executada em 1921, pode ser explicada pelo crescimento da família com o nascimento dos três filhos, e também pelo seu enriquecimento. A divisão da planta em três áreas distintas foi mantida, apesar de algumas alterações na hierarquização dos espaços. O antigo escritório foi transformado em hall de entrada, e algumas de suas funções foram transferidas para o porão, o que explica a presença das paredes e colunas decorativas nos cômodos frontais desse pavimento. As áreas destinadas aos serviços domésticos (copa e cozinha) foram ampliadas, e a segregação das áreas de serviço em relação ao resto da casa acentuada. A criação de caminhos alternativos para circulação dos criados pelos fundos e pelos arredores da casa acentuou essa separação. Do projeto original restaram apenas os cômodos frontais, tendo sido alterada toda a distribuição interna e também a expressão arquitetônica da fachada, de um aspecto romântico para um estilo eclético mais palaciano.

Segundo depoimento de Rafael Franco de Mello, atual proprietário da residência, esta reforma teria sido a última intervenção realizada na casa, que permaneceria com os aspectos nela estabelecidos até os dias de hoje. Apesar disso, é sabido que houve uma série de mudanças inclusive em sua organização interna, como a construção de um novo banheiro, o fechamento de uma das varandas e a junção de dois dos dormitórios. Além disso,

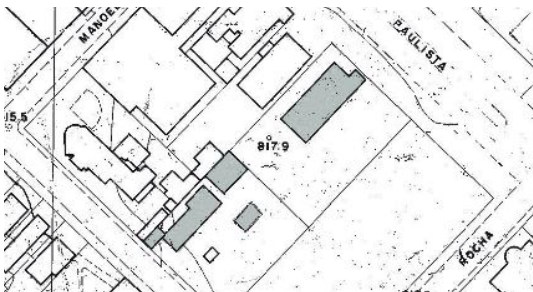
Porão do casarão, evidenciando seu pé direito extremamente baixo. Foto de Camila Raggi.

com a desapropriação de 10m do recuo frontal devido às obras de alargamento da avenida, entre 1971 e 1974, o muro original teve de ser demolido, tendo sido reconstruído a partir do desenho original no novo alinhamento do terreno. Com isso, a escada de acesso ao pavimento superior teve de ser reformada, com criação dos dois lances laterais, e o muro ficou excessivamente próximo à residência, prejudicando sua apreciação a partir da avenida.



Planta da reforma realizada no casarão em 1921. Estão representadas em laranja as demolições, em vermelho as construções e em cinza o que foi mantido. Desenho por Júlia Moreira (2015)

Outras transformações radicais, datadas da década de 1990, incluíram a construção do muro dividindo os dois lotes pertencentes ao conjunto, com demolição das construções não-tombadas presentes no terreno para construção do Edifício Parque Paulista. Além disso, algumas adaptações foram realizadas para abrigar algumas das funções passageiras que o casarão assumiu, incluindo um palco metálico do lado esquerdo do edifício.



Acima, a edícula-garagem de 1913, uma das edificações presentes no lote que não foram abrangidas no processo de tombamento. Abaixo, mapa onde pode-se observar além do casarão a casa de Raul, com frente para a Alameda Santos, a edícula e o biotério.



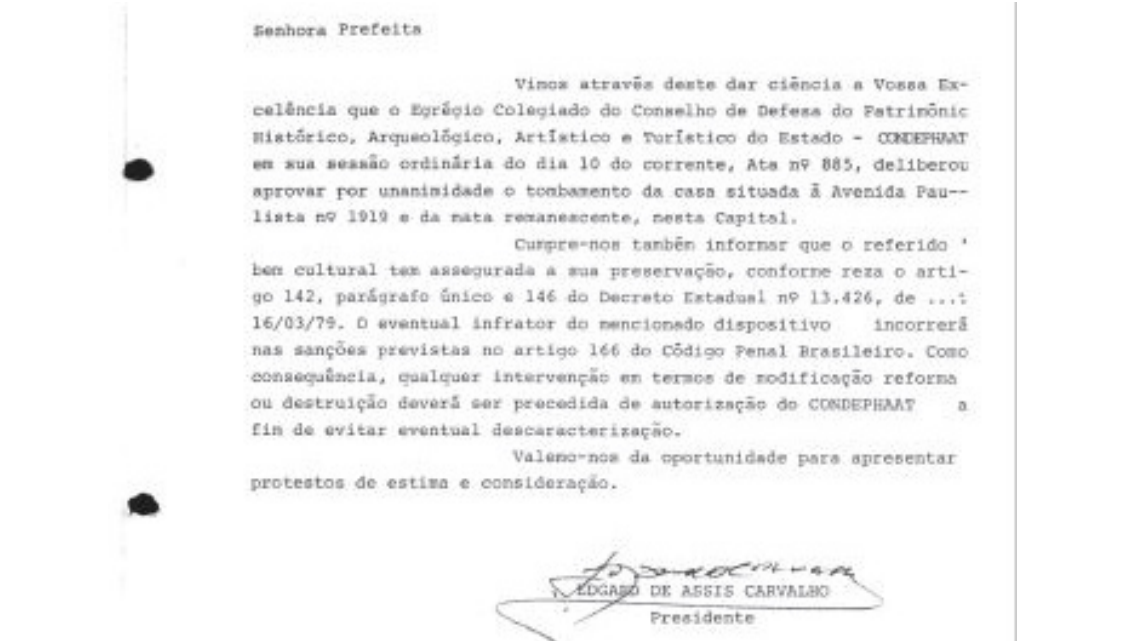
Espaço do porão que tornou-se biblioteca de Joaquim Franco de Mello na reforma de 1921, com colunas de inspiração oriental. Foto de Pedro Napolitano.

O TOMBAMENTO PELO CONDEPHAAT

O CONDEPHAAT iniciou os estudos para tombamento do casarão em 1982, sendo o processo finalizado em 1992. A justificativa do tombamento, explicada em um parecer do colegiado do órgão contido na documentação do processo, está na importância do casarão como registro da concepção de espaço urbano efetivada na avenida à época de sua inauguração. Segundo o parecer, o projeto da avenida era reflexo significativo do momento histórico em que estava inserido, revelando um afastamento das elites em relação à tradição construtiva encontrada na cidade até então, bem como sua aspiração a um novo modelo de espaço, diretamente inspirado em padrões trazidos da Europa. Os autores acrescentam que o patrimônio arquitetônico remanescente dessa primeira fase residencial da Paulista é prejudicado pela perda de sentido

de conjunto à época de sua inauguração, bem como pela descaracterização que sofreu através de intervenções inadequadas. Apesar disso, o consenso é que o casarão Franco de Mello mantém características arquitetônicas e de relação com o lote urbano bastante próximas das originais e que, portanto, é merecedor de ser preservado.

Durante todo o processo de tombamento, inclusive nos detalhados pareceres, somente são considerados o imóvel principal e a vegetação, não havendo nem mesmo referências às outras construções presentes no terreno, como a residência construída para o filho Raul em 1953, a edícula-garagem de 1913 ou o biotério de 1957. Esse fato reflete o tratamento diferenciado dado à produção da elite em detrimento da memória de outras expressões arquitetônicas e de programas ligados ao trabalho, apesar de sua igual importância como documentação da sociedade no período.



Trecho do ofício enviado em 1990 a Luiza Erundina, então prefeita de São Paulo, informando-a sobre o tombamento da residência Franco de Mello

ESTADO ATUAL DO CASARÃO

Atualmente a residência encontra-se em litígio na Justiça. Após o processo de tombamento ter sido iniciado pelo CONDEPHAAT, em 1982, a família Franco de Mello recorreu contra a decisão, temendo os danos financeiros que o tombamento traria. O então proprietário do casarão, Rubens Franco de Mello, entrou com uma ação contra o Estado, exigindo uma indenização, e o Estado foi condenado pelo STJ a pagar o equivalente a 55 milhões de reais à família. O Governo do Estado de São Paulo recorreu ao Supremo Tribunal Federal, no entanto, e ganhou em segunda instância. Essa batalha judicial se desenrola há mais de 20 anos,



Sala de jantar. Foto de Pedro Napolitano

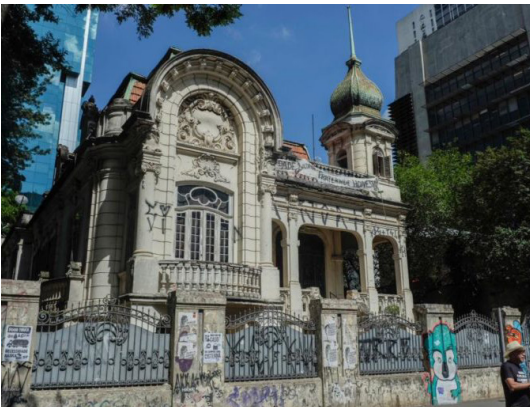
e, enquanto isso, a construção permanece em sério estado de degradação, visto que a família se recusa a arcar com os custos das reformas emergenciais necessárias, alegando que o imóvel não mais pertence a eles, mas sim ao Estado. Enquanto isso, a família fez diversas tentativas de dar novos usos ao casarão como forma de reverter seu prejuízo, tendo já abrigado um sebo de livros e discos, um restaurante, um bar, um clube e um antiquário, além de bazares e feiras de adoção de animais, mas todas as tentativas de intervenção ou reuso da propriedade foram barradas pelo Estado por irem contra as normas de tombamento. Por esse motivo nos últimos anos o casarão deixou de sediar eventos e permaneceu fechado ao público.



Sala de estar. Foto de Pedro Napolitano



Lateral do casarão, mostrando deck metálico. Foto de Camila Raghi



Fachada principal em estado degradado atual. Foto de Aghemio Marc

O CONCURSO PARA O MUSEU DA DIVERSIDADE

A Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo organizou um concurso em 2014, com o objetivo de selecionar um projeto para o novo Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual, a ser instalado no casarão Franco de Mello. Um vencedor chegou a ser selecionado, o projeto do escritório Hereñu + Ferroni Arquitetos; no entanto não há perspectivas para sua execução enquanto os processos judiciais permanecerem em andamento.

Ainda assim, a concessão de uma propriedade de tamanha importância, em um local que é cartão-postal da cidade há mais de cem anos, não deixa de ser uma conquista muito significativa no que diz respeito à luta da população LGBT por visibilidade e respeito.



Perspectivas artísticas do projeto vencedor do Concurso do Museu da Diversidade, pelo H+F Arquitetos



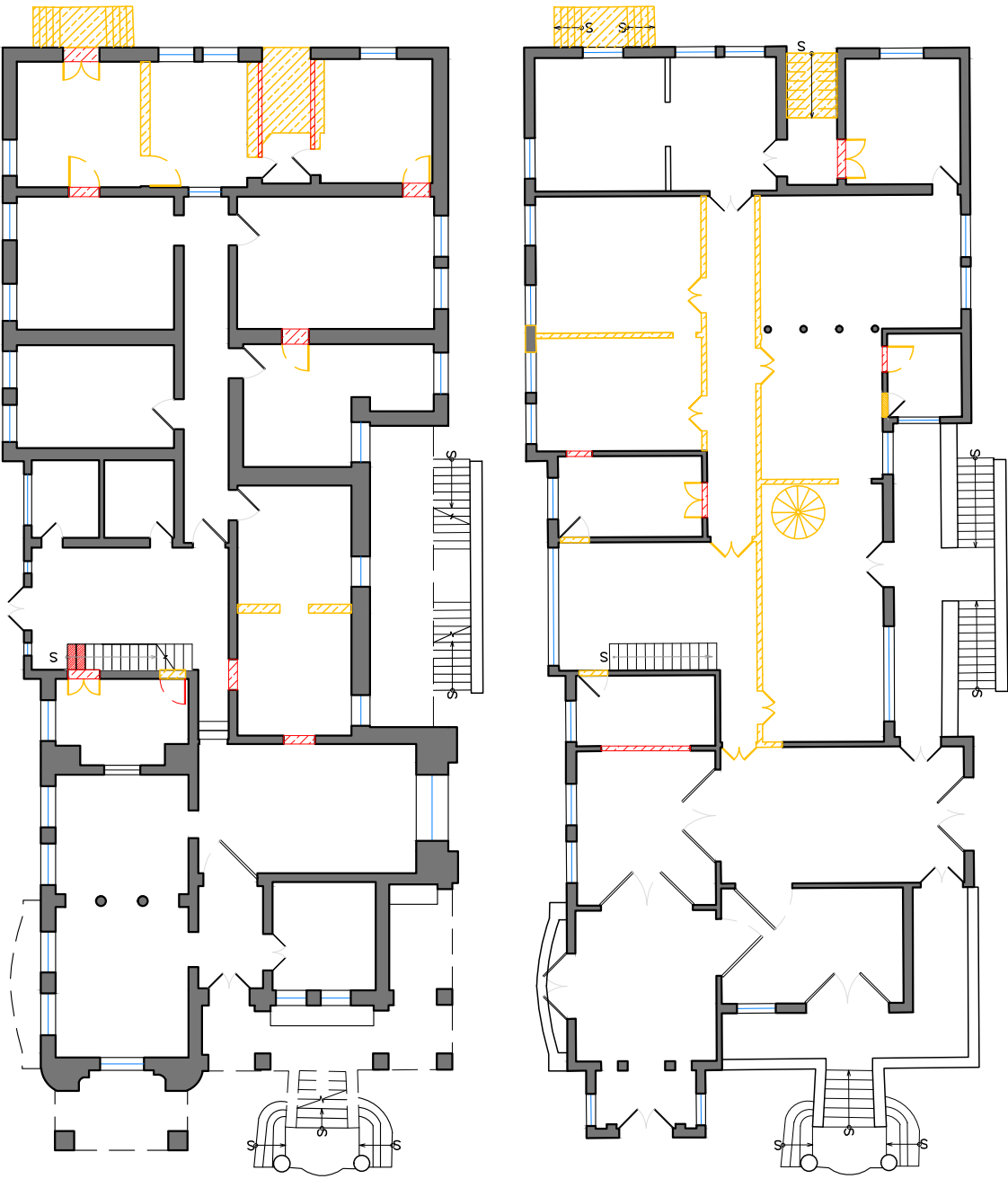
o projeto

O PARTIDO

O projeto partiu da proposta de desenvolver um coworking voltado para a produção de trabalho artesanal, ocupando um anexo construído na parte posterior do terreno, com espaços para produção, armazenamento de materiais e compartilhamento de equipamentos e ferramentas, além de estúdio fotográfico e salas para organização de workshops. O conjunto conta também com um café/bar e uma loja colaborativa, onde artesãos podem alugar espaço para expor e vender seus produtos para o público, ambos no pavimento superior do casarão. No pavimento inferior foram colocadas as áreas técnicas e administrativas do conjunto. A parte frontal do casarão, em ambos os pavimentos, foi destinada a um pequeno museu, respeitando o desejo do proprietário de que fosse mantido o mobiliário e a decoração da época. Esse museu contará com salas expositivas mostrando a história da residência, da família Franco de Mello e da Avenida Paulista como um todo.

A intervenção no casarão foi feita com a intenção de recuperar, na medida do possível, seu aspecto original à época da reforma de 1921, retirando elementos acrescentados posteriormente que interferem na leitura do conjunto. Entre os elementos removidos estão o deck metálico erguido na lateral esquerda do casarão e os muros que separam o lote da avenida e do Parque Mário Covas. Concomitantemente, buscou-se adequar o espaço interno do casarão às necessidades trazidas pelo programa, prestando atenção na distinguibilidade dos novos elementos introduzidos para a distinção entre o antigo e as novas intervenções.

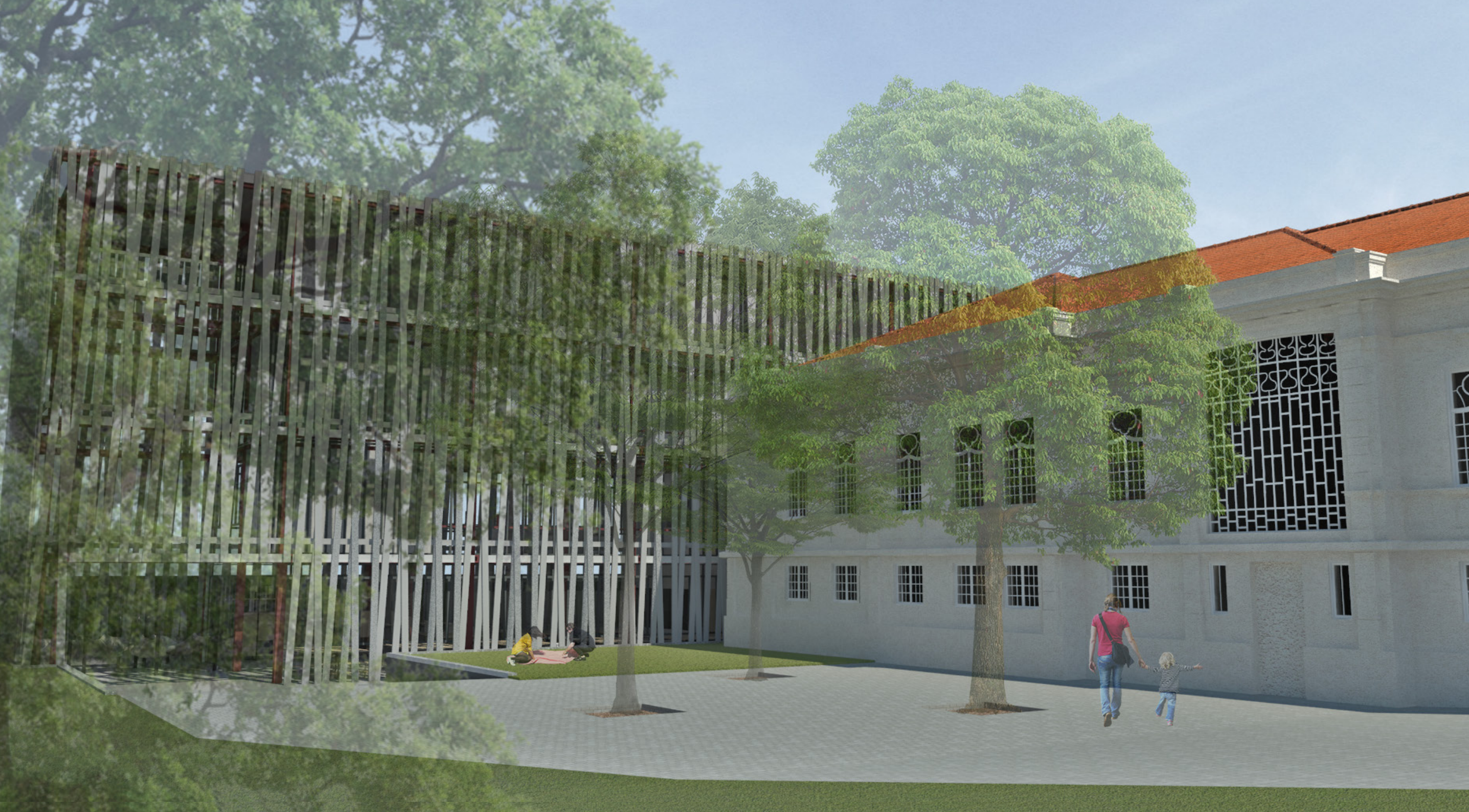
Na parte externa, a praça formada entre o casarão e o anexo construído tem como intuito a criação de um espaço convidativo que integra as construções ao Parque Mário Covas e à Avenida Paulista, podendo receber eventos diversos aproveitando o fluxo intenso de pessoas na região, em especial aos domingos.



Plantas de demolir e construir mostrando as intervenções feitas no casarão para adaptá-la ao novo programa. À esquerda o pavimento do porão, à direita o pavimento superior. Sem escala.







PRIMEIRO PAVIMENTO

Como foi dito na seção anterior, o porão da residência Franco de Mello foi construído com a finalidade principal de abrigar a criadagem da casa, e, portanto, nunca contou com a mesma ornamentação presente no pavimento superior. Além disso, os ambientes são bastante compartimentados e contam com pouca insolação e ventilação, além do pé direito baixíssimo. Dessa forma, foi proposto o rebaixamento do piso em 50 centímetros nas áreas que serão destinadas a funções administrativas, como forma de tornar o ambiente mais propício à permanência.

Foi decidido, porém, que os cômodos que estão mais à frente da casa e abrigarão ambientes do museu não receberão esse rebaixamento, sendo mantido o pé-direito original de cerca de 2,10m. Essa decisão foi tomada a partir da vontade de manter uma documentação das relações de trabalho da época, mostrando o contraste entre o luxo e conforto dos ambientes utilizados pela família e a austeridade das dependências dos criados. Na seção anterior foi dito como o processo de tombamento da propriedade pelo CONDEPHAAT englobou apenas o casarão e a vegetação do entorno, excluindo as edificações anexas e, assim, contribuindo para um apagamento das relações de trabalho doméstico vigentes na época. A manutenção desses ambientes do museu localizados no porão em seu estado original tem como finalidade o resgate e a documentação dessas relações.

Na área central do porão existe uma saleta, que

serve para articular várias das circulações que acontecem paralelamente no interior do casarão. A escada dá acesso ao pavimento superior, a porta principal dá acesso direto à praça, e há um pequeno depósito ao lado da escada, onde podem ser armazenados os equipamentos utilizados em eventos realizados no exterior da casa. Há ainda dois banheiros, além de uma porta que dá acesso à área administrativa. Essa área conta com dois vestiários, que foram posicionados de forma que as janelas fiquem voltadas para o espaço sob a varanda, sendo possível trabalhar uma vegetação como forma de garantir a privacidade. Ao lado dos vestiários há uma sala voltada a serviços gerais e manutenção, com um pequeno depósito, e mais atrás há três salas voltadas à administração das atividades realizadas no conjunto. No fundo da casa foi criada uma sala para limpeza e depósito de materiais, uma copa com área de estar para funcionários e uma escada, voltada para circulação dos funcionários entre os pavimentos.

No anexo, o primeiro pavimento é acessado diretamente a partir da praça, chegando-se a um ambiente de recepção e descanso. Atravessando as portas de vidro chega-se a um ambiente que abriga a maior parte das mesas do coworking em uma grande área compartilhada, copa com área de mesas e área de interação. Nessa parte do pavimento não há paredes e a circulação é definida apenas pelo layout do mobiliário, sendo possível alterá-la conforme a necessidade e vontade dos frequentadores. No meio do andar encontra-se o bloco dos banheiros, elevador e escadas, que se repete em todos os pavimentos e cria uma separação entre o salão principal e a área da copa, deixando-a mais reservada. A copa



PLANTA PRIMEIRO PAVIMENTO

ESC.: 1:250



conta com uma geladeira onde os trabalhadores podem armazenar alimentos e bebidas trazidos de casa, uma bancada com pia, microondas e armários para armazenamentos de louças e talheres compartilhados, além de uma área de mesas. Atrás da copa foi reservado um espaço para depósito e materiais de limpeza, que dá acesso à área externa, podendo servir de entrada de serviço. A ideia é que cargas pesadas ou volumosas possam ser trazidas de carro até essa entrada, para daí serem transportadas até os elevadores sem a necessidade de atravessar a praça e o prédio.

SEGUNDO PAVIMENTO

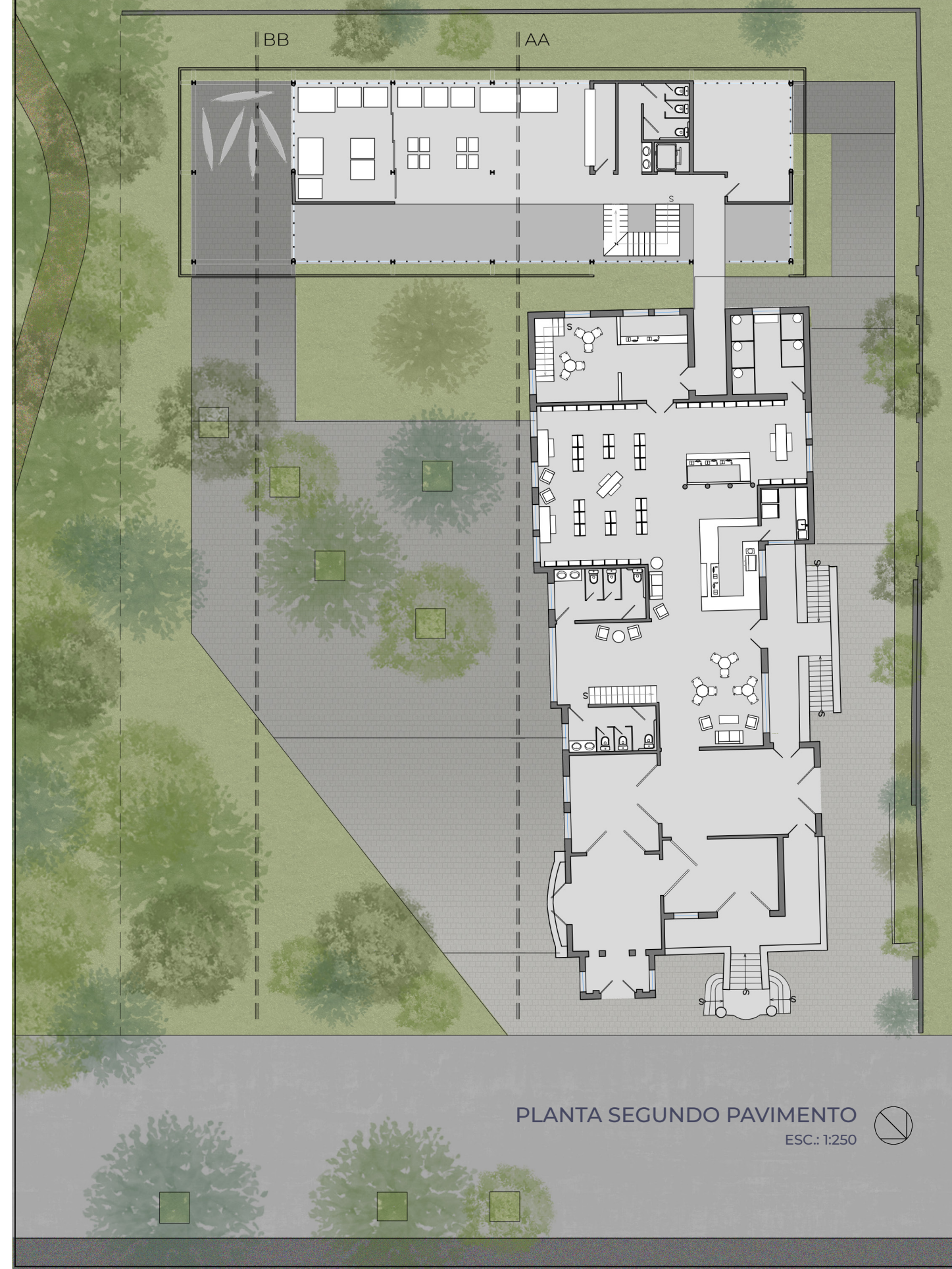
Da mesma forma que no pavimento anterior, os ambientes mais à frente do casarão ficaram reservados para exposição de acervo sobre a residência, a família e a avenida. Diferentemente do porão, no entanto, o pavimento superior do museu mostrará os ambientes frequentados pela família, através do restauro dos elementos decorativos que se degradaram ao longo do tempo, como os afrescos e papéis de parede, e da exibição do mobiliário original, ainda mantido na casa. Foi mantida também a escada original.

A área central do pavimento abrigará um café/bar, uma área de mesas e a loja colaborativa. A ideia era que esses programas estivessem inseridos em um mesmo ambiente fluido, o que seria impossível com a manutenção do layout original da casa, que, como foi explicado, consistia em uma série de ambientes dispostos ao redor de um longo corredor. Dessa forma, como pode ser visto na planta de construir/demolir no início desta seção,

optou-se pela demolição da longa parede que formava o corredor, criando um grande ambiente único e possibilitando um layout fluido e flexível. A proposta é que essa demolição seja feita de forma a não apagar totalmente os vestígios dessas paredes, mantendo evidências de seu traçado original por exemplo no desenho do piso e do forro. O resultado é a ausência de uma delimitação clara entre os espaços do café, da área de mesas e da loja, reforçadas pelas peças de mobiliário auto-portantes (exceto o balcão do café e balcão caixa), que possibilitam a mudança do layout de acordo com as necessidades. Uma pequena saleta ao lado da varanda teve sua porta deslocada para servir de apoio ao café, abrigando refrigeradores, fornos ou quaisquer outros equipamentos necessários à operação. A linha de pilares ao lado da saleta foi aproveitada para ancorar o balcão caixa, de forma que os pilares pudessem ser utilizados para criar uma divisória dupla-face, atendendo tanto a área da loja quanto a do café.

A reunião dos programas do café/bar e da loja na área central do pavimento foi pensada para permitir também seu funcionamento independentemente do museu e da administração, possibilitando por exemplo a organização de eventos noturnos. Nesses casos, basta realizar-se o fechamento das passagens que dão acesso às áreas expositivas e administrativas, e o acesso do público pode acontecer pela entrada lateral, que dá ligação direta à área do café/bar.

Nos fundos do pavimento foi aproveitada a varanda ao lado da cozinha, que já havia sido fechada por uma reforma, para criação de uma saleta com provadores atendendo a loja. Ao lado



foi colocada a recepção do coworking, por onde acontece o acesso ao anexo por parte de um público eventual (participantes de workshops, por exemplo) ou daqueles que têm interesse em alugar um espaço no coworking, que podem ser atendidos na saleta ao lado do balcão da recepção. Uma passarela onde antes havia uma escada dá acesso ao segundo pavimento do anexo.

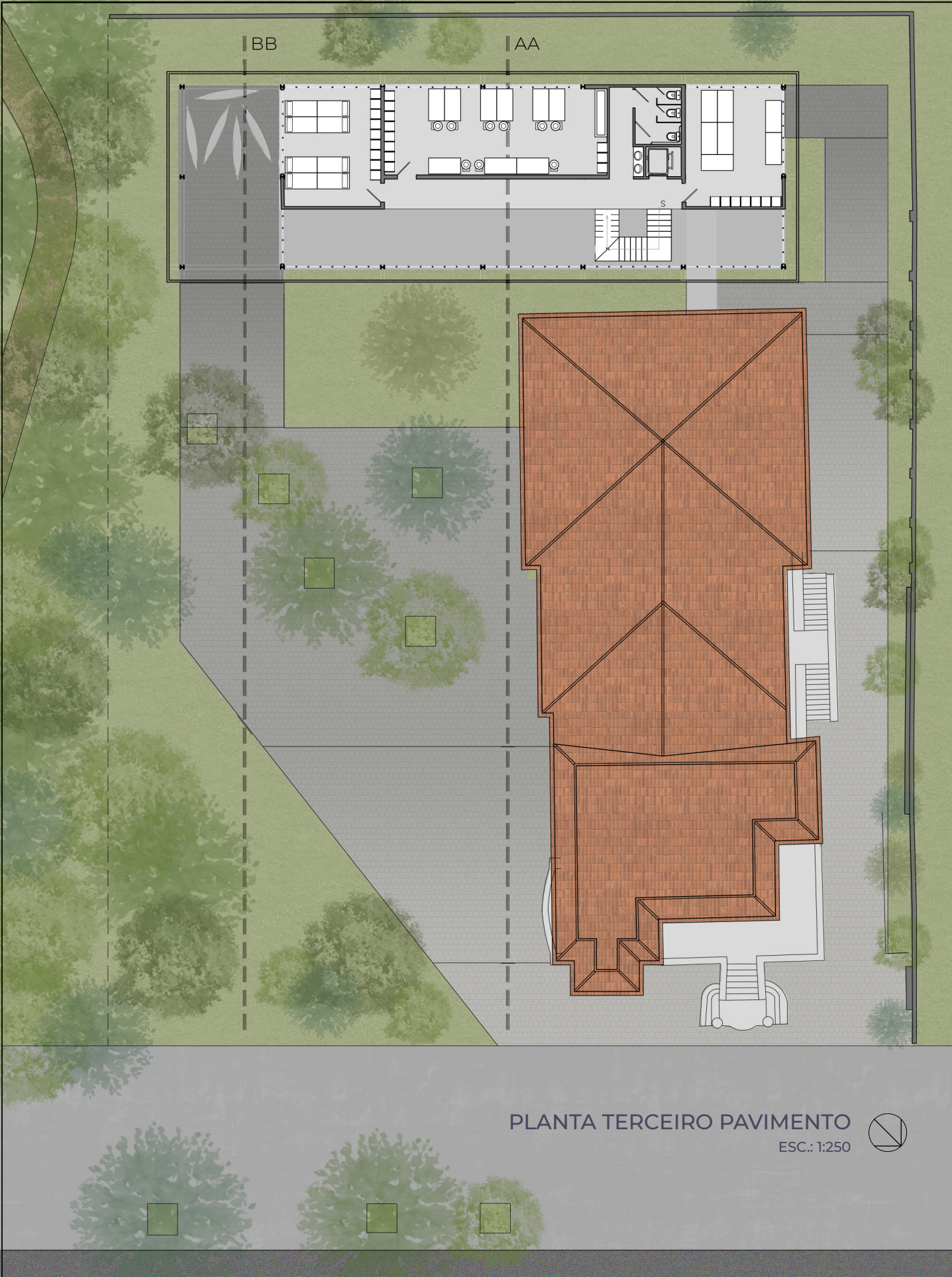
Esse pavimento funciona de forma similar a um FABLAB ou ao LAME da FAUUSP, oferecendo para os usuários do coworking equipamentos tais como impressoras 3D, máquinas de corte a laser, fresas CNC, máquinas de corte de tecido, entre outros. Há também um almoxarifado, com ferramentas e utensílios menores para empréstimo, e uma sala reservada para tarefas que produzam sujeira ou ruído, como por exemplo corte de peças de madeira. Essa sala foi colocada tendo em vista que o anexo conta com um grande vazio no centro, e, portanto, essas tarefas poderiam prejudicar todas as atividades que estivessem acontecendo simultaneamente no prédio.

A sala que fica no fundo do pavimento funciona como um pequeno estúdio fotográfico, que os usuários do coworking podem utilizar com a finalidade de divulgar e promover seu trabalho.

TERCEIRO PAVIMENTO

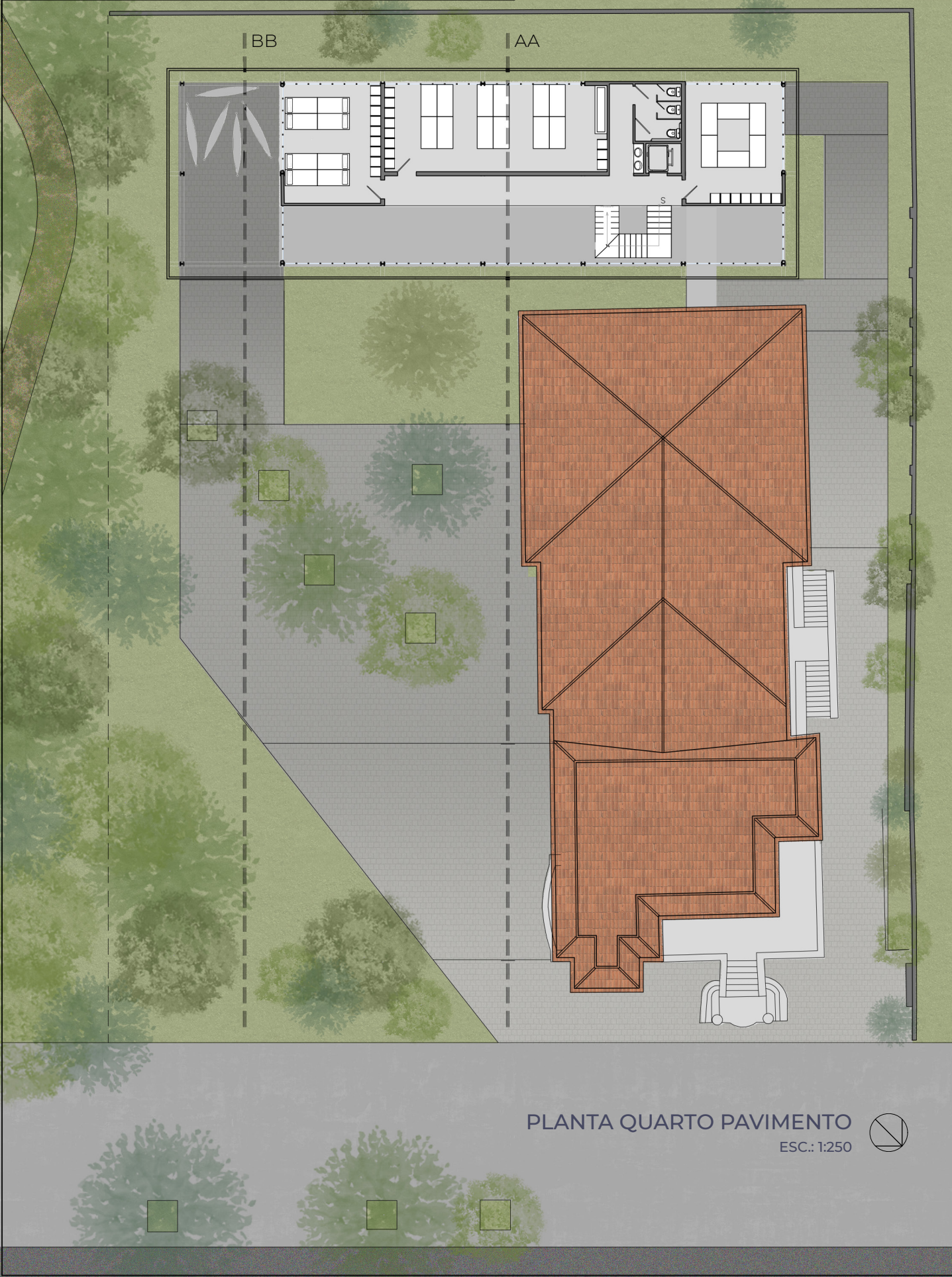
No terceiro pavimento do anexo ficam três salas fechadas. A ideia é que elas sejam utilizadas por aqueles que preferem um espaço um pouco mais reservado para trabalhar, ou então por aqueles cujo trabalho envolve equipamentos especiais. Todas as salas possuem layout flexível, permitindo diferentes arranjos conforme a necessidade.

Nas visitas realizadas para a realização deste trabalho constatou-se o grande volume de produção em cerâmica no meio artesanal, portanto a sala maior foi pensada para ser de uso exclusivo para esse tipo de trabalho. Para tal, conta com piso de azulejos e uma pia comprida, além de equipamentos específicos que a atividade demanda, como tornos e fornos. Outras atividades muito presentes nesse meio são aquelas ligadas a corte e costura, então foi reservada uma sala com máquinas de costura.



QUARTO PAVIMENTO

A planta do quarto pavimento é similar à do terceiro, embora os usos sejam diferentes. Neste pavimento as salas são destinadas à organização de cursos, palestras e workshops. Como no andar inferior, a sala do centro conta com chão azulejado e pia, permitido seu uso para atividades que produzam sujeira, como cerâmica ou estamparia, por exemplo.



SOBRE O ANEXO

O edifício anexo ao casarão foi concebido a partir de uma forma simples, monolítica, implantada perpendicularmente ao casarão nos fundos do terreno, de forma a criar uma praça de eventos entre as duas edificações. A estrutura é homogênea, composta por vigas e pilares metálicos de seção 20x20cm, em intervalos de 5m em um eixo e 4,5m no outro. O prédio conta com um fechamento interno de vidro e, por fora, uma espécie de casca construída com tiras metálicas. Essa casca externa evita a incidência solar direta no interior do prédio e fica afastada 60cm em relação ao vidro para permitir a abertura das janelas.

Para os grandes planos de vidro foram desenhadas esquadrias com abertura do tipo camarão. Nos locais onde há circulação de pessoas, como por exemplo no interior das salas fechadas, essas esquadrias contam ainda com um pano fixo de vidro de 90cm de altura, cumprindo o papel de guarda-corpo.

O primeiro pavimento ocupa uma área de 30m por 9m, enquanto os pavimentos superiores ocupam uma área de 25m por 6,20m cada um, criando grandes vãos verticais no interior do prédio. A área de recepção e descanso, que fica voltada para o Parque Mário Covas e dá acesso direto à praça de eventos, fica externa ao fechamento de vidro mas interna à casca metálica, criando um ambiente “externo-porém-interno”. Nesse ambiente foram colocados postes com redes, convidando os usuários do coworking a um cochilo depois do almoço ou a uma pausa durante a tarde para relaxar observando as árvores.

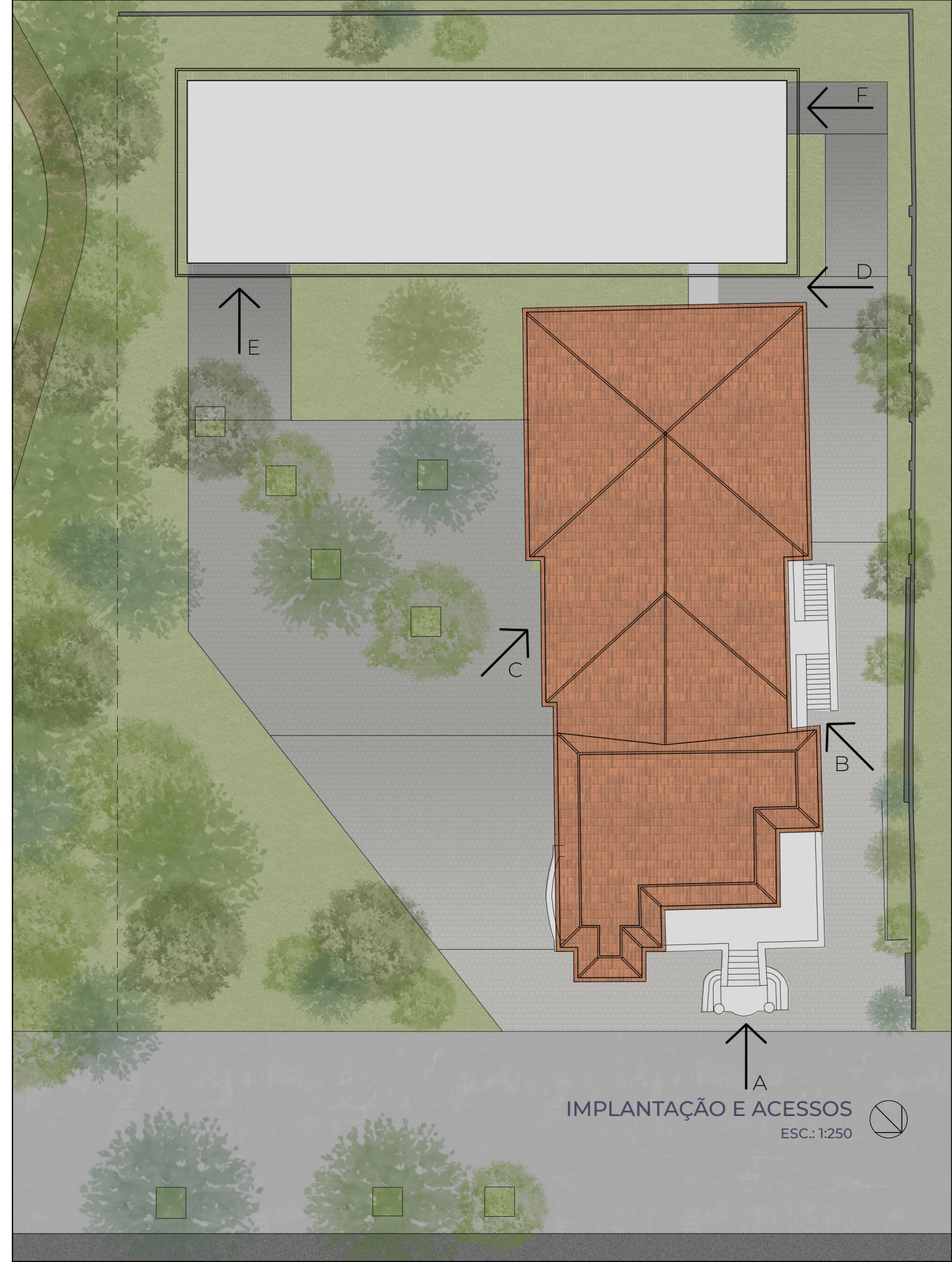
SOBRE A PRAÇA

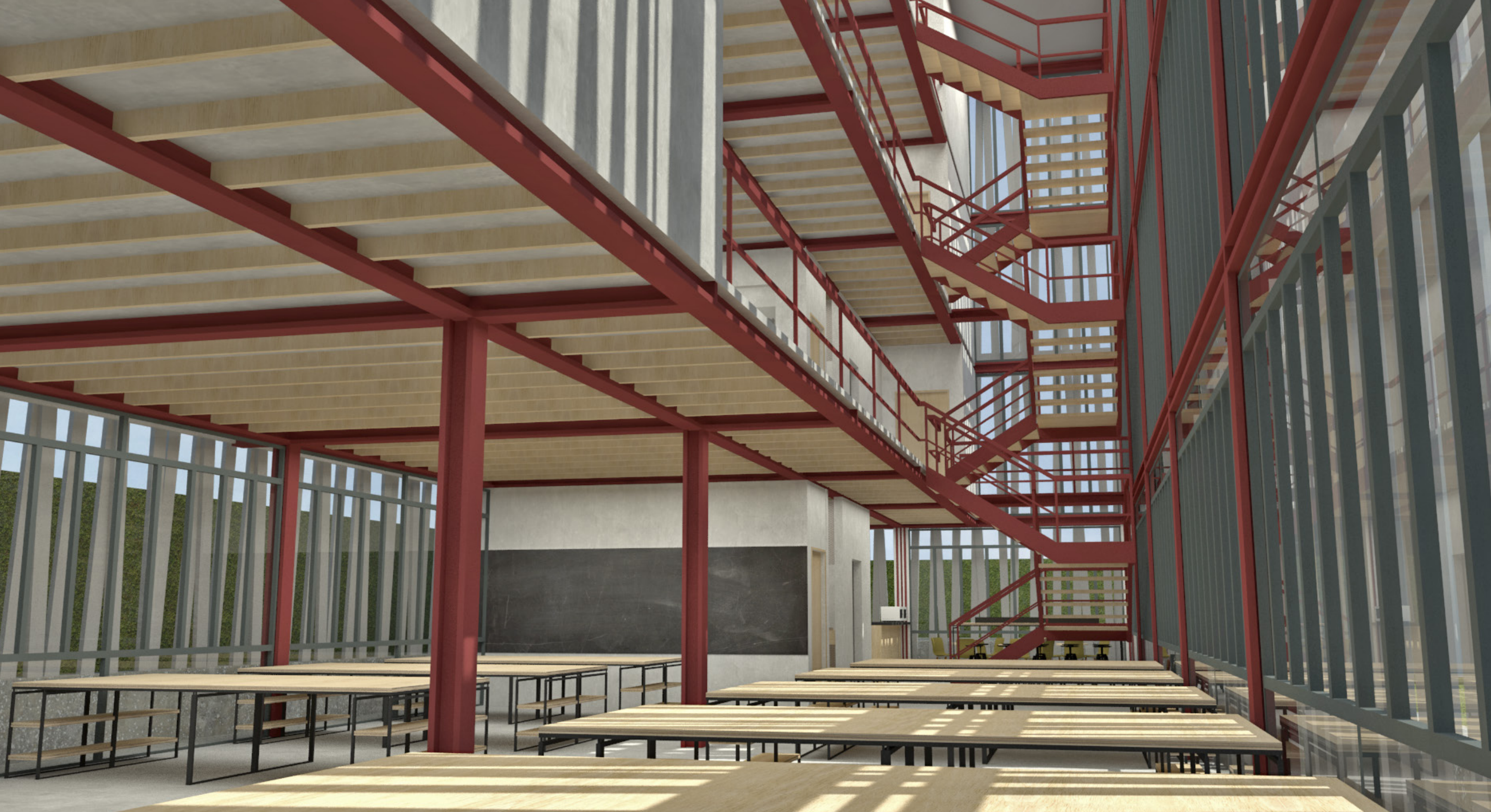
Como foi dito no início desta seção, a praça externa do projeto foi pensada para integrar o conjunto do projeto ao Parque Mário Covas e à Avenida Paulista. Internamente ao projeto, a praça faz a articulação entre os três planos principais, onde estão localizados os acessos às construções.

O plano mais alto, próximo à avenida, dá acesso ao pavimento superior do casarão. Esse entrada pode ser feita tanto pela escada frontal (A) quanto pela lateral (B), que liga direto à área da loja e do café, podendo ser usada em horários em que o museu não funciona, possibilitando a realização de eventos noturnos, por exemplo.

O plano intermediário, situado 90cm abaixo do nível da calçada, dá acesso ao pavimento inferior do casarão. Esse plano é o maior, e foi pensado para receber eventos externos, como por exemplo feirinhas e bazares. A ligação ao porão do casarão (C) garante o acesso do público frequentador a banheiros, e permite a chegada ao depósito sob a escada, onde podem ser armazenados os equipamentos necessários à realização desses eventos. Esse plano dá ligação ainda à área administrativa, cuja entrada fica na parte posterior da casa (D), pelo eixo de serviço, carga e descarga.

O último plano é onde fica situado o edifício anexo do coworking, afundado 60cm em relação ao plano intermediário e 1,5m em relação ao nível da calçada. O acesso a esse plano se dá através da rampa partindo do centro da praça (E). Há também um acesso separado nos fundos do terreno, voltado para carga e descarga (F).





Perspectiva ilustrativa da entrada do coworking a partir da praça. Desse ângulo é possível ver todo o primeiro pavimento, com as mesas individuais à frente e a copa no fundo, e o grande vão deixado pelos pavimentos superiores, resultando em um pé-direito quádruplo na face do anexo voltada para a praça e para o casarão.



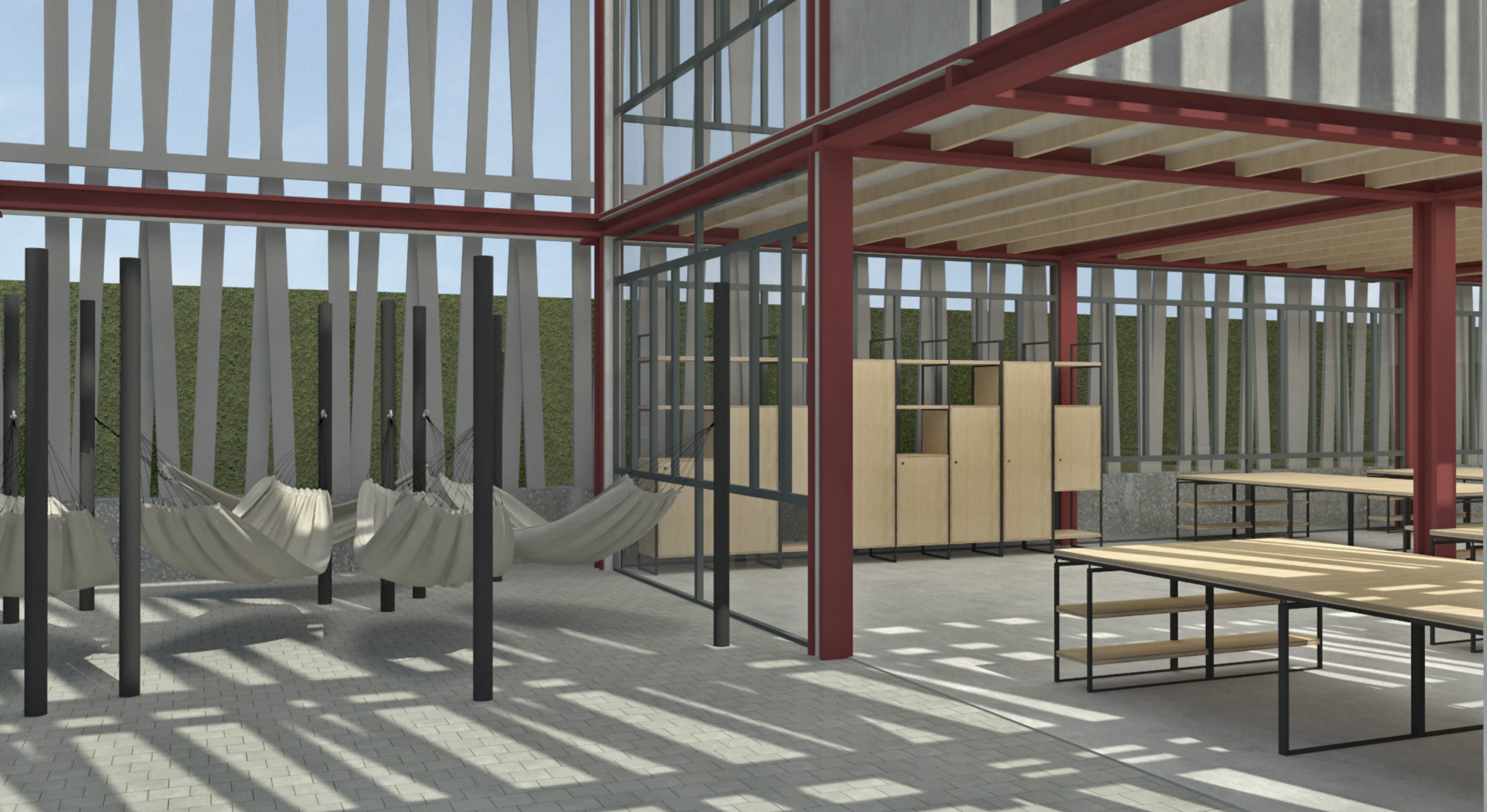
Perspectiva ilustrativa do segundo pavimento, que contém os equipamentos de uso compartilhado. Na extremidade esquerda pode-se ver um pedaço da porta de correr usada para isolar o ambiente. À frente está o almoxarifado, com ferramentas menores que podem ser emprestadas. Ao fundo a porta que dá acesso ao estúdio fotográfico.



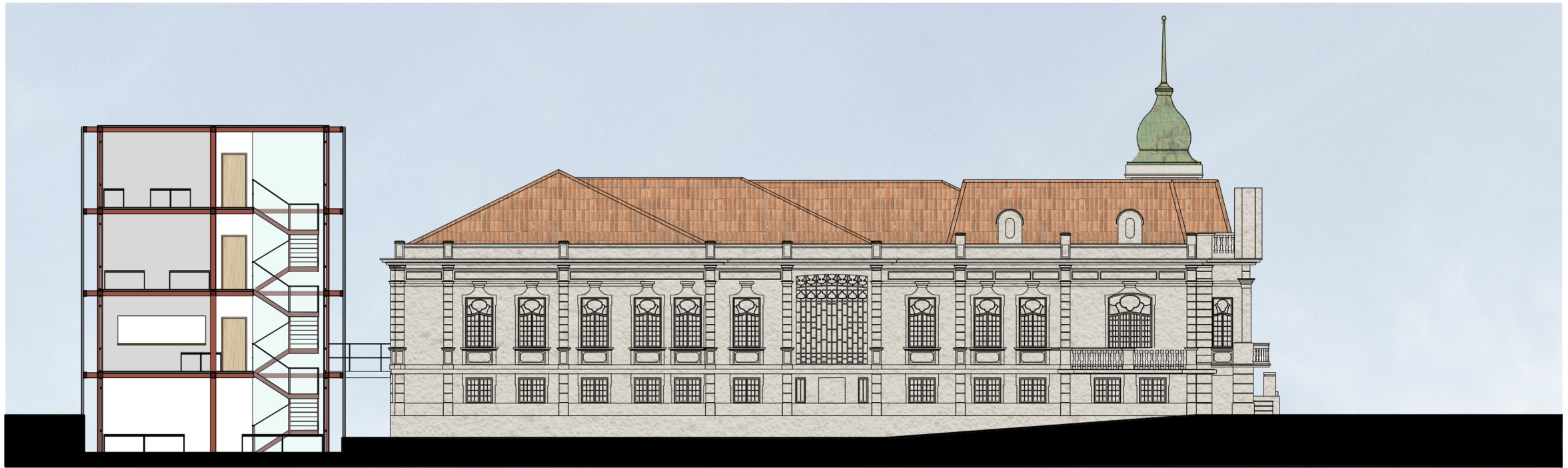
Perspectiva ilustrativa da sala voltada para cerâmica. Esta sala se difere das demais por ter uma grande pia na parede do fundo e piso revestido em pastilhas, para facilitar a limpeza. A imagem mostra também a presença de tornos especializados.



Perspectiva ilustrativa da área da copa, no primeiro pavimento. No primeiro plano nota-se uma mesa alta com banquetas, para ser compartilhada. Mais atrás há mesas menores, com três lugares cada. Ao fundo, uma pequena cozinha para atender os funcionários do coworking.



Perspectiva ilustrativa do acesso ao coworking a partir da praça. Em frente às portas de entrada há uma área de recepção (fora das esquadrias porém dentro da casca metálica), onde foram colocadas redes para uso dos trabalhadores do coworking, que podem descansar e contemplar o parque logo ao lado.



CORTE AA
ESC.: 1:200

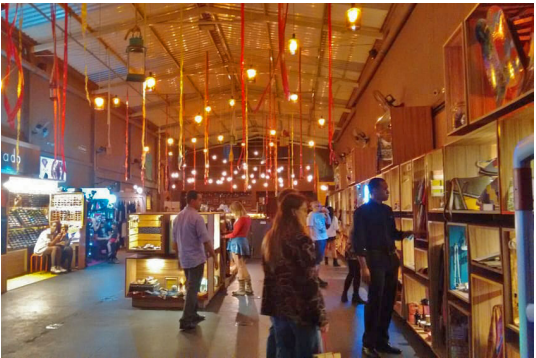


CORTE BB
ESC.: 1:200

O MOBILIÁRIO

Conforme dito nas considerações iniciais, foram feitas visitas a lojas colaborativas ao longo do semestre para entender como esse tipo de estabelecimento se organiza. Duas das lojas visitadas foram a Endossa, que pode ser considerada uma das mais importantes do tipo em São Paulo, e a Fábrica Augusta, ambas na Rua Augusta.

Uma característica que as lojas têm de muito similar entre elas é o mobiliário e a forma como os produtos são expostos. Em ambas as lojas foram posicionados diversos nichos de marcenaria, de maior ou menor tamanho, todos com a mesma profundidade de cerca de 50 a 60cm. O princípio é que cada artesão aluga um nicho, escolhendo o tamanho de acordo com o tipo de produto que irá expor. O resultado do conjunto é harmonioso, porém ao observar de perto percebe-se que o mobiliário não é adequado para a finalidade a que se propõe por alguns motivos. Primeiramente, o formato do móvel, em nichos profundos, é uma solução muito rígida para a finalidade a que se propõe, que é de expôr uma infinidade de tipos diferentes de produtos. É comum que os nichos tenham uma altura muito maior do que a do produto, ao mesmo tempo que não oferece soluções para expor as mercadorias em diferentes alturas. O resultado muitas vezes é um acúmulo de produtos na parte inferior do móvel e um grande espaço vazio acima. Em outros casos os artesãos trazem soluções para esse problema, que acabam divergindo de nicho para nicho, criando um conjunto desorganizado, pouco atraente e desfavorável às vendas.



As lojas da Endossa, que trabalha apenas com pequenas marcas, e da Fábrica Augusta, que tem também marcas consagradas como Chilli Beans e seu espaço, além de um bar e parque de food trucks. Nota-se em ambas o uso do mobiliário em forma de nichos.

Outra questão é a ausência de espaços específicos para estoque e de responsáveis pela reposição das peças. Nas visitas realizadas foram identificados diversos nichos ora vazios, necessitando de reposição, ora extremamente cheios, dificultando a visão e o manuseio dos produtos oferecidos. Além disso, o sistema de nichos deixa a comunicação visual dos nichos a critério de cada produtor, resultando em um aspecto confuso e pouco coeso.

A partir da observação e análise desse modelo utilizado em duas das principais lojas colaborativas da cidade, chegou-se à conclusão de que o sistema de nichos é inadequado para a exposição e comercialização de produtos. Como consequência, houve a decisão de projetar um sistema diferente

para a loja colaborativa do Casarão Franco de Mello, partindo da premissa de ser um sistema flexível, que ofereça soluções diferenciadas para cada tipo de produto a ser exposto.

O primeiro esboço desse mobiliário utilizava cremalheiras metálicas, com espaçamento de 60cm entre elas, nas quais poderiam ser fixados diferentes modelos de expositores. As peças definidas, construídas em compensado com ferragens metálicas e que foram pensadas de forma a aproveitar totalmente chapas de compensado de 2,50x1,60m, foram:

- prateleira de 60x25cm
- nicho baixo de 60x25x30cm
- nicho alto de 60x25x40cm
- placa perfurada de 60x50cm, com pinos
- barra metálica para pendurar cabides

Essas peças removíveis poderiam ser combinadas de múltiplas formas, de acordo com os produtos a serem expostos por cada artesão, e ocupariam as partes superior e central da cremalheira. Na parte inferior estaria previsto um módulo baixo construído em compensado, servindo como um pequeno estoque e evitando que os produtos sejam expostos muito próximos ao chão, o que no varejo é considerado inadequado.

Posteriormente o sistema foi revisado, e a versão final do mobiliário conta com estrutura em tubo metálico de perfil 2x2cm. Essa estrutura tem a finalidade de estabelecer uma separação visual entre os módulos, ajudando a separar as mercadorias de cada artesão, além de manter familiaridade e linguagem coesa com relação

aos outros mobiliários projetados. Além disso, a estrutura permite que o móvel funcione de maneira auto-portante, possibilitando uma flexibilização do layout da loja, ao contrário das cremalheiras que dependiam de sua fixação em alguma superfície. O móvel tem altura de 2,10m e sua profundidade total é de apenas 30cm, o que proporciona uma exposição de produtos melhor do que o nicho profundo utilizado pelas lojas existentes.

Além dos módulos verticais, foram criadas também para a loja modelos de mesas maiores e menores para exposição horizontal de produtos. A presença desse tipo de mobiliário ajuda a flexibilizar o layout da loja, tornando-a menos monótona e permitindo outras formas de exposição.



O móvel expositor da loja, aqui mostrado sem nenhum dos módulos removíveis.



Conjunto de três unidades do móvel, mostrando algumas possibilidades de combinação de módulos. No primeiro móvel temos um nicho alto de 60x30x40cm e duas prateleiras. No segundo temos uma barra para cabides e dois nichos pequenos de 25x30x25cm. No terceiro temos uma placa perfurada com pegs e dois nichos baixos de 60x30x30cm.

O projeto contou também com mobiliário para as áreas do coworking, incluindo as mesas de trabalho e as estantes para uso dos artesãos. As mesas têm um desenho simples, com pés em tubo metálico e tampo em chapa de compensado de espessura 30mm. Em um dos lados há prateleiras de 30x80cm sob o tampo, para armazenamento mais acessível de ferramentas e materiais. O tampo tem altura ajustável, com altura mínima de 60cm e máxima de 1,10m, permitindo seu uso nas posições sentada e em pé. Esse ajuste de altura é possibilitado pela existência de uma estrutura em tubo metálico de 20x20mm, passando por dentro dos pés de 25x25mm e ajustada com o uso de pinos, conforme demonstrado nas imagens.

Os armários foram inclusos no projeto com a finalidade de solucionar um dos problemas levantados por diversos artesãos durante a fase de pesquisas, que é a carência de espaços apropriados para o armazenamento dos produtos e dos materiais. Foram criados quatro modelos, com combinações de diferentes tamanhos e posições para os armários e prateleiras. Eles também são construídos com estrutura em tubo metálico de 20x20cm, com altura de 2,10m, e largura e profundidade de 50cm.



Conjunto de mesas criado para exposição horizontal na loja colaborativa.



As mesas de trabalho projetadas para o coworking, com ajuste de altura para permitir o trabalho em diferentes posições. Acima a configuração mais baixa, com tampo a 60cm do chão. Abaixo a configuração mais alta, com tampo a 1,10m, permitindo que se trabalhe em pé



Os quatro modelos de estante/armário criados para o coworking, mesclando diferentes combinações de prateleiras e armários fechados. Esses móveis podem ser mesclados criando uma composição dinâmica ou organizados espacialmente de acordo com o uso (como por exemplo o módulo A, com mais prateleiras, na sala de cerâmica para o armazenamento de peças maiores sem risco de serem amassadas contra outros materiais, e o D, com um grande armário, na sala de costura para armazenar com segurança materiais menores como agulhas, linhas e alfinetes).



Foto: Leonardo Sang

considerações finais

Conforme foi dito na abertura do texto, este trabalho é resultado de um longo e tortuoso percurso. Tendo chegado agora à reta final, o sentimento é de satisfação com o que foi realizado nos últimos quatro meses.

Este trabalho se propunha a cumprir duas missões principais: a de realizar um projeto que atendesse às necessidades colocadas por esse programa tão específico que foi escolhido e a de resgatar e preservar a memória da Avenida Paulista através do Casarão Franco de Mello.

No que diz respeito ao resgate da memória, acredito que o resultado do trabalho tenha sido interessante. Foram estudados alguns dos projetos realizados no casarão para o concurso do Museu da Diversidade e um traço que a maior parte dos projetos tinha em comum era o uso da residência para abrigar espaços administrativos, de acesso restrito ao público geral. Para este trabalho partiu-se da premissa contrária: procurou-se ampliar ao máximo o acesso do público ao interior do casarão. Dessa forma, foram escolhidos programas e soluções que permitissem ao visitante ter a experiência mais completa possível, circulando entre partes restauradas de acordo com a construção original, partes transformadas pelo projeto, e também partes para as quais a história

não costuma guardar muita atenção.

Com relação ao programa do coworking, penso que as soluções propostas atendam às demandas físicas trazidas pela atividade artesanal e que o produto apresentado seja um espaço de trabalho atrativo e eficiente. Creio que o conjunto do projeto, incluindo o coworking, a loja colaborativa e os programas secundários, teriam êxito em cumprir a finalidade que é a essência desse trabalho: a de fomentar a atividade artesanal como fonte de renda.

Para além das finalidades principais colocadas para este trabalho, o projeto teve como resultado também a configuração de um novo espaço de lazer na avenida, com o potencial de abrigar toda sorte de eventos, agregando ainda mais para a agitação cultural da região e se apropriando dessa agitação cultural existente para trazer visibilidade para a causa dos trabalhos manuais.

A escolha do espaço do Casarão Franco de Mello para abrigar o programa escolhido, voltado à produção artesanal, aconteceu quase que acidentalmente no início do semestre, mas apesar de parecer uma escolha inusitada ela se mostrou bastante pertinente. A região da Avenida Paulista e seus arredores já recebe feirinhas de

artesanato há tempos e nos últimos anos passou a receber também estabelecimentos como lojas colaborativas. Além disso, a região conta com muitos frequentadores que valorizam o processo de produção daquilo que consomem e aderem aos ideais de promover hábitos de consumo mais éticos e sustentáveis. Pensando nisso, a escolha pelo Casarão Franco de Mello foi feita pensando em toda a atenção que a construção recebe mesmo fechada ao público, e na possibilidade de converter essa atenção para a causa do artesanato e do consumo sustentável, ao mesmo tempo devolvendo à cidade um patrimônio histórico importantíssimo.

A única ressalva que faço à trajetória deste trabalho é que gostaria de ter tido mais tempo para aprofundar a fase investigativa. O diálogo com os produtores foi uma das partes mais interessantes e ricas do trabalho, e penso que a conversa com um número maior de pessoas do ramo e talvez até a visita a espaços onde é feita produção artesanal teriam agregado ainda mais à fundamentação teórica que norteou o projeto. Infelizmente, devido ao caminho turbulento que o trabalho percorreu, este tema só começou a ser investigado em setembro, impossibilitando uma pesquisa muito mais aprofundada do que a que foi realizada. Apesar disso, levadas em consideração as

condições dadas, penso que a pesquisa realizada foi capaz de fornecer base teórica suficiente para sustentar as decisões de projeto que foram tomadas.

Foi muito interessante poder explorar durante o semestre uma das infinitas possibilidades que o espaço do casarão oferece para a avenida. Infelizmente, no entanto, não parece que veremos alguma dessas possibilidades se concretizando em um futuro próximo. Depois de mais de vinte anos de disputa judicial entre o Estado e a família Franco de Mello, a residência vai caindo e um estado de degradação cada vez maior e não há indícios de que isso irá mudar. Resta a nós torcer que a degradação não seja irreversível, e refletir a respeito das políticas de tombamento vigentes no Brasil. Seria possível flexibilizar as normas vigentes, permitindo a exploração comercial do casarão pela família Franco de Mello para viabilizar financeiramente as obras de recuperação e manutenção enquanto o processo de desapropriação é finalizado? Que outras maneiras existem para viabilizar essas obras emergenciais? Este trabalho não se propõe a desvendar esses questionamentos, mas suscita reflexões sobre o tema dos tombamentos e as formas de permitir ao público a vivência do patrimônio histórico.

LIVROS E PUBLICAÇÕES

CAMILLO, O. F. DE. Avenida Paulista, Projeto de Paisagem; ; 2003; Tese (Doutorado) - São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2003.

D'ALÉSSIO, V. et al. Avenida Paulista, a síntese da metrópole. São Paulo: Diaeto Latin American Documentary: Tribal, 2002.

HOMEM, M. C. N. O Palacete Paulistano e Outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira. São Paulo, SP: Editora Martins Fontes, 2010.

IACocca, A. Avenida Paulista: 120 anos de história. Santos, SP: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2012.

MARX, A. A. et al. Avenida Paulista: um século de história. São Paulo, SP: Richard Ellis, 1991.

SILVA, Joana Mello de Carvalho e et al. A Residência Franco de Mello em três tempos: da domesticidade belle époque ao Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo. Revista CPC, São Paulo, n. 20, dec. 2015.

SOUZA, E. E. DE. Arquitetura Avenida Paulista: 1891: 120 anos: 2011. 1. ed. ed. São Paulo, SP: Amplitude Editora, 2011.

TOLEDO, B. L. DE. Álbum Iconográfico da Avenida Paulista. São Paulo, SP: Editora Ex Libris, 1987.

TRABALHOS ACADÊMICOS

FRÚGULO JUNIOR, H. O Centro, a Avenida Paulista e a Avenida Luiz Carlos Berrini na perspectiva de suas associações centralidade urbana e exclusão social. Tese (Doutorado)—São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1998.

MELO, Arnaldo de. Remanso na Avenida. Trabalho Final de Graduação – São Paulo, SP: Escola da Cidade, 2006.

OUTROS

Processo de tombamento da Residência n. 1919 da Av. Paulista. Condephaat, 1982.

WEBSITES

<<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/102599/107520>>. Acesso em: 16 set.

<<http://www.saopauloantiga.com.br/franco-de-mello/>>. Acesso em: 22 set.

< <https://spcity.com.br/serie-avenida-paulista-joaquim-franco-de-mello-um-dos-primeiros-e-o-ultimo-casarao-da-avenida/>>. Acesso em: 02/out.

referências bibliográficas

